

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Schirlei Albino Coelho**

**O Profissional de Serviço Social como assessor junto a  
Associação de Recicladores Esperança – AREsp**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 1 1

*Rosana Maria Gaio*  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**Florianópolis, Julho de 2009.**

**Schirlei Albino Coelho**

**O Profissional de Serviço Social como assessor junto a  
Associação de Recicladores Esperança – AREsp**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Vera Herweg Westphal

**Florianópolis, Julho de 2009.**

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo identificar o que vem a ser autonomia e assessoria no conjunto das práticas do profissional de Serviço Social que atua junto a Associação de Recicladores Esperança (AREsp). Para tanto foram realizadas pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas com profissionais que em algum momento atuaram como assessores junto a AREsp. Nesse sentido, descrevemos brevemente sobre “novas” iniciativas de organização da sociedade civil, situando os conceitos de economia solidária e associativismo, bem como abordando as associações de catadores de material reciclável em Florianópolis. Em seguida, situamos a Associação de Recicladores Esperança (AREsp) enquanto espaço de ação profissional do Serviço Social. Tratamos ainda, sobre a prática de assessoria, e seus conceitos na profissão. Podemos identificar que ao conceito de assessoria são atribuídos diversos significados pelos profissionais entrevistados, confundindo por vezes com a própria prática, está também demonstra de difícil identificação.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; associativismo; assessoria; autonomia.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ARESP</b>	Associação de Recicladores Esperança
<b>ACMR</b>	Associação de Coletores de Material Reciclável
<b>SMHSA</b>	Secretária Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
<b>COMCAP</b>	Companhia de Melhoramentos da Capital
<b>PMF</b>	Prefeitura Municipal de Florianópolis
<b>ETFSC</b>	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
<b>CEFET/SC</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
<b>LEPA</b>	Laboratório de Experiências em Papel Artesanal
<b>UDTeR</b>	Unidades Descentralizadas de Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos
<b>HBB</b>	Habitar Brasil BID
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento

*"A sabedoria com as coisas da vida não  
consiste, ao que me parece, em saber o  
que é preciso fazer, mas em saber o que  
é preciso fazer antes e o que fazer  
depois."*

*Leon Tolstói*

## AGRADECIMENTOS

*São tantas as pessoas a quem gostaria de agradecer e partilhar a alegria deste momento que talvez este pequeno pedaço de papel não tenha condições de agregar a imensa importância e tampouco o nome de cada um, mas aqui vai:*

*Meus pais, Ivonilta A. Coelho, mãe, pelos obstáculos que colocaste em meu caminho, fazendo com que eu compreendesse e valorizasse cada obstáculo vencido, Ilton Coelho, pai, por ter me feito compreender que eram apenas pedras, pequenas num caminho longo que nos leva a lugares muito distantes.*

*Alessandro por termos aprendido que somos mais do que irmãos, somos amigos e companheiros.*

*Priscilla Valler e Rosangela dos Santos, as quais aprendi que somos muito mais que amigas. Nas alegres horas celebradas com aquilo que de melhor possuímos – a verdadeira amizade.*

*Minhas amigas que conheci nesta Universidadé e que se tornaram pessoas queridas e companheiras em todas as horas. Nos momentos não tão alegres, mas que foram necessários para que tivesse a certeza de são amigas de verdade.*

*A todos que conheci neste período e que de alguma forma contribuíram para meu aprendizado.*

*E como não poderia deixar de fora, a Professora Vera Herweg Westphal, que aceitou o desafio de me orientar, o que fez com muita dedicação, zelo e respeito.*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

A Banca Examinadora aprovou a acadêmica Schirlei Albino Coelho na Disciplina DSS 5330 - Trabalho de Conclusão de Curso, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

**Profa. Dra. Vera Herweg Westphal**  
**Presidente**

---

**Profa. Dra. Simone Sampaio Sobral**  
**Membro**

---

**Profa. Dra. Liliâne Moser**  
**Membro**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 “NOVAS” INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Conceito de Economia Solidária.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Associativismo: apresentando conceitos.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Catadores de Material Reciclável em Florianópolis: Visão social.....</b>	<b>24</b>
2.3.1 Associação de Recicladores Esperança – AREsp.....	24
2.3.2 Associação de Coletores de Material Reciclável – ACMR.....	29
<b>3 ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES ESPERANÇA – AREsp: UM ESPAÇO DE AÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1 Assessoria: conceito e abordagem do Serviço Social.....</b>	<b>34</b>
3.1.2 Assessoria: um espaço de trabalho do Serviço Social na AREsp.....	37
<b>3.2 Autonomia: subjetividade e cidadania.....</b>	<b>38</b>
3.2.1 Autonomia e Serviço Social.....	45
<b>3.3 Visão dos profissionais que desenvolvem atividades junto a AREsp.....</b>	<b>51</b>
3.3.1 Abordagem da pesquisa.....	51
3.3.2 Apresentação dos resultados da pesquisa.....	52
3.3.3 Visão dos Assistentes Sociais.....	53
3.3.4 Entendimento sobre assessoria e autonomia dos associados: visão das assistentes sociais.....	53
3.3.5 Visão de outros profissionais que desenvolvem atividades junto a AREsp.....	56
3.3.6 Entendimento sobre assessoria e autonomia dos associados: visão de outros profissionais que desenvolvem atividade junto a AREsp.....	56
<b>3.4 Revisitando a experiência do Profissional de Serviço Social como assessor na AREsp.....</b>	<b>58</b>



	10
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>68</b>
<b>Apêndice A – Roteiro de Entrevista .....</b>	<b>69</b>
<b>Apêndice B – Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As intenções do estudo aqui apresentado surgiram a partir da prática de Estágio Curricular Obrigatório realizado na Associação de Recicladores Esperança (AREsp) em Florianópolis, no período de agosto de 2008 a julho de 2009. Este estudo tem como objeto estudar a importância do profissional de Serviço Social como assessor na AREsp. E, para pesquisá-la realizamos a análise da economia solidária e associativismo civil.

A economia solidária e o associativismo de produção são formas de organização, nas quais se relacionam, produzem e comercializam algum produto, não existindo para isso um patrão ou gerente. Nestes tipos de grupos a organização produtiva é pautada nos preceitos da economia solidária, na participação democrática e na gestão da produção. Ao incorporar os princípios da economia solidária, o associativismo busca a participação dos associados, construindo a democratização de renda da produção, projetando a possibilidade de autogestão.

A demanda de assessoria para o Serviço Social se constitui como prática de serviços em órgãos governamentais, não-governamentais e empresas privadas. O profissional que desenvolve assessoria habitualmente atua na prestação de serviços à organizações demandatárias dos serviços, sendo que em alguns casos não possui vínculo empregatício com a instituição caracterizando um trabalho de monitoramento e ou acompanhamento de ações desenvolvidas na instituição.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) disponibiliza de dois profissionais, sendo um psicólogo e um assistente social, para acompanharem as atividades na AREsp, sendo um psicólogo cedido pela COMCAP, e um assistente social cedido pela Secretaria Municipal de Habitação de Saneamento Ambiental (SMHSA).

O Serviço Social na AREsp, desenvolve um trabalho de assessoria. Este é considerada no Serviço Social um instrumento de trabalho profissional, com o objetivo de construir a autonomia do grupo, bem como a ação atuante, reivindicatória e mobilizadora perante os processos públicos, sociais e econômicos que envolvem a

associação, a comunidade em que vivem e a sociedade como um todo. O Serviço Social atua junto ao grupo com o intuito de efetivar o exercício da cidadania.

No desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas referências bibliográficas que tratam da assessoria e autonomia dos sujeitos, mostrando tanto o conceito e abordagem do Serviço Social, quanto a assessoria como um espaço de trabalho profissional para os assistentes sociais. Tratamos ainda da autonomia como subjetividade e cidadania, além de estudar a autonomia no serviço social. Optamos também no desenvolver deste trabalho, por uma metodologia de natureza qualitativa, na forma de um estudo de caso, considerando a necessidade de obter um conhecimento mais detalhado dos profissionais que desenvolveram atividades na AREsp.

Para melhor compreensão da temática proposta, o presente estudo compõe-se de duas seções. Na primeira seção, será apresentada as “Novas” Iniciativas de Organização da Sociedade Civil, bem como conceito de economia solidária, associativismo e catadores de material reciclável em Florianópolis, essa na visão social. A segunda seção abordará a Associação de Recicladores Esperança, como um espaço de ação do profissional de Serviço Social, abordando os conceitos de assessoria e autonomia. Também nesta sessão, traremos um estudo com profissionais que atuaram junto a AREsp e sobre o entendimento que estes possuem acerca da autonomia e assessoria.

Finalizamos abordando a experiência do profissional de Serviço Social como assessor na AREsp. Por fim são apresentadas as considerações finais e o referencial bibliográfico utilizado na elaboração deste trabalho.

## **2 “NOVAS” INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

### **2.1. Economia Solidária: discussões atuais**

O contexto sócio-econômico e político atual é marcado por fortes tensões decorrentes das formas de organização do setor produtivo e social, e do acelerado processo de industrialização, de desemprego e de estagnação econômica. (GALVÃO, 1999)

A falta de perspectivas dos sujeitos que são excluídos pela sistema capitalista, e a insegurança pela falta de emprego fazem com que os trabalhadores (re)criem formas que lhes possibilitem recuperar o emprego, o salário e sua dignidade, a exemplo de associações, cooperativas, bazares beneficentes, dentre outras formas de suprir suas necessidades básicas.

O século XX aproximou-se de seu fim reafirmando a concepção marxista de capitalismo como sistema instável, cíclico, e que sobrevive em meio a crises, sem pleno emprego, incapaz de resolver o problema básico de sobrevivência humana, a fome, e agravando um outro problema crucial, chamado desemprego. (GALVÃO, 1999)

Desde a instauração do sistema capitalista, ele desenvolve-se por meio de um processo dinâmico de transformações e mudanças, tanto para atender os seus próprios interesses, como para responder as suas contradições, inserindo, neste contexto, o conjunto das relações econômicas, políticas e sociais que são determinantes no modo de vida das pessoas.

As transformações que estão ocorrendo no capitalismo, segundo Ianni (1996), podem ser entendidas como sendo um processo de racionalização das atividades econômicas e sociais, que para se desenvolver, necessitam de mudanças nas práticas, idéias, padrões e valores.

Neste processo de desenvolvimento, de racionalização de todas as relações sociais, destacam-se algumas mudanças ocorridas no âmbito das relações de trabalho e nos processos produtivos, durante o período chamado fordista.

O sistema capitalista tem um intenso controle das capacidades físicas, mentais, da educação, do treinamento, enfim, da forma como os sujeitos vivem e pensam. Da repressão, da manipulação das massas, é reformulado a partir de 1914, segundo os princípios fordistas de produção, caracterizado, principalmente por uma intensa regulação dos processos econômicos e sociais por meio de medidas que visavam garantir a coerência na forma de produção e reprodução de consumo. Dentre estes princípios destaca-se o aumento da produtividade de acordo com princípios tayloristas, cujos pressupostos essenciais são a separação entre gerência, concepção, controle e execução do trabalho. Para o fordismo um novo tipo de sociedade seria construído mediante a aplicação do poder corporativo, obrigando os trabalhadores, por um lado, a adquirirem a disciplina necessária para a operação do sistema de linha de montagem e, por outro, tornando-os consumidores dos produtos que eles próprios produzem (GALVÃO, 1999)

O desenvolvimento das políticas Keynesianas associadas ao fordismo/taylorismo possibilitou um forte crescimento econômico paralelo a melhoria dos padrões de vida no período que segue a Segunda Guerra Mundial até meados da década de setenta (1970), realidade presente nos chamados países desenvolvidos. Entretanto, nesse mesmo período, há um forte movimento político-cultural contra o fordismo, especialmente no Terceiro Mundo, onde teria prometido o pleno atendimento das necessidades sociais, mas na realidade promoveu apenas o aumento da desigualdade (GALVÃO, 1999)

Pode-se identificar que há um período de novas mudanças, essas em meio a conturbações. Houve uma reestruturação econômica, reajustamento político e social, indicando assim um novo regime de acumulação, chamado de acumulação flexível. Diferente da anterior, agora se tem uma flexibilização dos processos de trabalho, do mercado, dos produtos, do consumo, das tecnologias e organizações. (GALVÃO, 1999)

Devido a essas mudanças de reestruturação produtiva, aumenta a fragilidade dos movimentos sindicais para enfrentar o desemprego que cresce desenfreadamente. Com a reestruturação produtiva o emprego regular tem uma redução considerável, e com isso aumentando o trabalho temporário ou os sub-contratos, precarizando o mundo do trabalho (GALVÃO, 1999)

No Brasil os reflexos também foram grandes, intensificando a precariedade socioeconômica. Os efeitos são conhecidos: desemprego, recessão, sucateamento dos serviços públicos, desorganização dos sindicatos, afetando diretamente os trabalhadores. (GALVÃO, 1999).

Após duas décadas, chegamos a década de noventa, buscando algumas possibilidades para o enfrentamento de desemprego. Setores organizados da sociedade fazem uma nova articulação social, tentando ainda que de forma gradual desmistificar a cultura do individualismo, buscando com isso a democratização das relações econômicas e sociais, para gerar emprego e distribuir a renda no país. Na análise de Mattoso

Isto implica em romper com uma tradição que se apropriou exclusivamente da dimensão produtiva, do processo de produção e das relações de trabalho padronizadas que lhes foram próprias, para ampliar-se os novos agentes, novas forças e movimentos sociais que muitas vezes se situam fora do processo de valorização. (1993, p. 238).

Para se construir um modelo de desenvolvimento, deve-se levar em consideração as necessidades humanas, isso em conjunto ao coletivo, construindo um espírito solidário e coletivo (ARRUDA, 1997). Não se pode negar que o trabalho é uma forma de colocar o homem a desenvolver suas potencialidades, e que a falta desse trabalho faz com que ele não se desenvolva de forma plena. Essa construção trás ao sujeito a capacidade de tomar suas decisões, de conhecer o processo de trabalho, e principalmente ter acesso aos meios produtivos.

Podemos perceber diversas experiências econômicas de pequena escala, como pequenos negócios, microempresas de produção familiar, artesanais, formam hoje o que chamamos de *economia solidária*, que “representam os germes de uma nova cultura de trabalho” (TIRIBA, 1997, p. 20).

A economia solidária tem o objetivo a reintegração dos que encontram-se excluídos do mercado de trabalho, “o que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade”. (SINGER, 1997, p. 13).

Essa forma de trabalho altera o processo e as relações de trabalho, pois estão sendo construídas não apenas para criação de postos de trabalhos, mas pautadas na solidariedade e na ajuda mútua.

Segundo Tiriba (1997), podemos caracterizar a economia solidária da seguinte forma: são desenvolvidas nos setores populares; tem o objetivo de enfrentar carências e necessidades; buscam enfrentar problemas mediante o esforço coletivo e com seus próprios recursos; possuem valores de solidariedade; não se limitam a uma atividade apenas; procuram mudança social na busca de uma sociedade mais justa.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, mediante ao sonho da construção de um processo econômico diferente do capitalismo, vem crescendo o interesse dos setores políticos e sociais para melhor entender o que vem a ser economia solidária. Esse interesse surgiu em grande parte, através do crescimento dominante da concepção neoliberal, desordenando as estruturas econômicas, provocando com isso a desintegração de uma parte da economia dos países periféricos, provocando assim o desemprego estrutural (ANDERSON, 1995; CASTELS, 1999; FIORI, 2000).

Pode-se afirmar que o crescimento tem provocado enormes problemas na vida dos mais pobres, pois existem recursos, mas a classe pobre não possui acesso aos bens econômicos que são produzidos pela economia.

Não há uma determinação conceitual aceita por todos os setores da sociedade civil e estatal acerca da terminologia economia solidária. Alguns a nomeiam sócio-economia solidária (ARRUDA, 1998), outros a nomeiam de economia solidária sustentável, outros de economia popular solidária (ARROYO e SCHUCH, 2006). Apesar das diferentes nomenclaturas, refere-se às experiências econômicas populares insurgentes, que visam à efetivação de uma nova cultura econômica, participativa, solidária, distinta da economia de mercado capital.

Um ponto fundamental é o surgimento de um modelo diferente de economia, chamada de *economia solidária*, trazendo novas concepções e reconstruindo a relação capital/ trabalho, onde os sujeitos excluídos do mercado de trabalho, por não possuírem a qualificação que o mesmo exige, inserem-se em cooperativas, associações, onde seus membros são também fruto de uma expressão da questão social, o desemprego,

e lá desenvolvem trabalhos para então assessorar a renda e suprir suas necessidades mais básicas, como, comida, vestuário, moradia.

Existem muitos conceitos para se tratar de economia solidária. Atualmente, no Brasil, se entende como:

Economia Solidária como o fundamento de uma globalização humanizadora, por um desenvolvimento sustentável, justo e voltado para satisfazer as necessidades de todos os cidadãos, seguindo o caminho do desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (Plano de Negócios para Desenvolvimento Econômico Solidários de Autogestão, 2003, p. 6).

Essa forma de economia tem o objetivo da valorização do trabalho humano, visando a sustentabilidade, formando redes dos projetos alternativos, buscando assim seu fortalecimento. Percebemos que esses princípios na contramão da economia capitalista, pois propõem uma nova cultura humana, na qual a solidariedade é fundamental.

O entendimento de economia solidária está em permanente construção. Neste sentido, GAIGER (1999) fundamenta diversas experiências no mundo. Para este autor, os princípios e fundamentos destas são os seguintes:

- a) **AUTOGESTÃO** - o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras associados controlam a gestão dos negócios de forma autônoma frente a estruturas e ambientes externos;
- b) **DEMOCRACIA** – as decisões são tomadas pelo conjunto dos trabalhadores associados, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, assegurando transparência no exercício da direção e fiscalização.
- c) **PARTICIPAÇÃO** – os processos são participativos. Todos são sujeitos e responsáveis pelo desenvolvimento do empreendimento comunitário. A participação no processo confere participação nas decisões.
- d) **IGUALITARISMO** – os critérios de remuneração pelo trabalho dá-se de forma equitativa, não há discriminação ou peso diferenciado nas decisões. O regime de trabalho é o mesmo para todos.
- e) **COOPERAÇÃO** – a responsabilidade é partilhada no processo produtivo. As relações são de confiança e reciprocidade. Há paridade social entre funções de direção e de execução, entre tarefas manuais e intelectuais.



f) **AUTO-SUSTENTAÇÃO** – as atividades produtivas geram a viabilidade econômico/ financeira do empreendimento, mas esta viabilidade deve ter um comprometimento com o meio ambiente, com novas relações humanas e com a sustentabilidade das gerações futuras.

g) **DESENVOLVIMENTO HUMANO** – O empreendimento não deve ser apenas econômico, mas deve desencadear um processo de formação integral, gerando uma nova consciência político/ cidadã e nova postura profissional.

h) **RESPONSABILIDADE SOCIAL** - este princípio estrutura-se na solidificação de uma ética solidária, comprometida com fundamentos que melhorem as condições econômicas da comunidade, propiciem novas relações econômicas e novas práticas comunitárias constituindo uma nova cultura (GAIGER, 1999).

O exposto acima evidencia que uma inovação tanto para o campo teórico quanto para o prático, exigindo assim da classe pauperizada mudanças na forma de pensar e agir perante as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Precisam a partir disso serem reconhecidos como sujeitos que constroem sua autonomia política e financeira, essa auto- sustentação provoca a independência dos indivíduos, conseguindo assim atuar no mercado, criando redes de cooperação. E, ainda traçando novas relações econômicas.

## **2.2 Associativismo: apresentando conceitos**

O conceito de sociedade civil segundo Gohn (2004), passou por vários significados ao longo da conjuntura política no Brasil e na América Latina. Ele vem sofrendo reformulações com o decorrer das décadas, devido a conjuntura política nacional e a trajetória das lutas políticas e sociais do país. De forma mais geral, ele surge da trajetória das transições democráticas. Quando houveram mudanças no governo ditatorial no país, tiveram que mudar alguns conceitos referentes ao mercado de trabalho, onde era necessário repensar o que estava posto no momento, foi então que surgiram concepções como o associativismo produtivo, que germem da economia solidária, pois essa era uma alternativa para as classes mais empobrecidas de suprir

suas necessidades e se incluir no mercado de trabalho. O final dos anos 70 destaca-se nesta trajetória, porque foi quando o termo foi introduzido no vocabulário político, e passou a ser objeto de estudos. Na linguagem política ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar.

Este fato significou a construção de um outro referencial político nacional, pautado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o plano estatal, dominado pelo militarismo e por um regime não democrático com políticas públicas que privilegiavam o capital, onde apenas as demandas das camadas médias e altas da população, que faziam parte do processo de acumulação das emergentes indústrias filiais das empresas multinacionais possuíam direitos, e a camada mais pobre da população ficava a mercê do trabalho pesado, e pouco ganhava na realização do mesmo. Este cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sóciopolíticos, rejeitados pelo regime político da época.

Um dos principais eixos que articularam a sociedade civil naquele período, foi dado pela idéia de autonomia, pois tratava-se de organizar a sociedade para gerir-se independentemente do Estado. A autonomia também era um discurso estratégico para evitar alianças consideradas equivocadas, para que o perfil de alguns grupos da sociedade civil fosse configurado segundo alguns princípios, para que não houvesse reprodução de práticas autoritárias estatais, como no centralismo democrático das correntes de esquerda mais radicais ou mais tradicionais (Gohn, 2004).

O princípio da auto-determinação, componente fundamental num processo de autonomia, era exercitado de forma contraditória, pois frente ao Estado, os movimentos, especialmente os populares, apresentavam-se como autônomos, com auto-determinação. Mas, internamente, havia diferenças entre as lideranças, suas bases e as assessorias externas que os apoiavam, de forma que a autonomia era relativa e dependente das assessorias (embora as assembléias fossem um elemento importante para construir ou referendar as agendas e pautas de luta). (GOHN, 2004).

No período militar, como bem analisou Sader (1988), novos atores apareceram, destacando-se os movimentos sociais populares urbanos reivindicando bens e serviços públicos, e as ações organizadas por terra e moradia, assim como parcelas dos então

chamados novos movimentos sociais, que lutavam para serem reconhecidos os direitos sociais e culturais, abordando temas, como raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc. O ponto principal que identificava esses atores sociais, era a luta por liberdade e justiça social. Esse novo campo de autores aumentou o leque dos sujeitos históricos na luta, pois agora não mais se tratava de lutas concentradas nos sindicatos ou nos partidos políticos, havendo agora uma ampliação e pluralização de grupos organizados que resultou na criação de movimentos, associações, instituições e Organizações Não Governamentais (ONG's) (GOHN, 2004).

Com o final do período militar, a partir de 1985, muda-se o significado atribuído à sociedade civil. Com a abertura da participação e de representação política, a partir das lutas populares, promovida pelos novos governantes, os movimentos sociais (especialmente os populares) perderam a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil. (GOHN, 2004).

Passa a haver uma fragmentação denominada de "sujeito social histórico", centrado nos setores populares, fruto de uma aliança do movimento sindical e do movimento popular de bairro (trabalhadores e moradores), que até então eram tidos como relevantes para o processo de mudança e transformação social. Surge uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política. A partir desse momento a autonomia dos sujeitos da sociedade civil passa a ser fundamental para a construção de uma sociedade democrática, pois com a saída dos militares e a entrada de um processo eleitoral democrático, a sociedade política, passa a ser objeto principal das forças políticas organizadas. Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas de lutas e conquistas na sociedade política, especialmente nas políticas públicas. (GOHN, 2004).

Portanto, ao longo dos anos 1990 o campo da sociedade civil ampliou-se, na prática e nos discursos a seu respeito. A emergência de uma pluralidade de atores fizeram com que um outro conceito, o de cidadania, tivesse a mesma relevância que tinha o conceito de autonomia nos anos 1980. A questão da cidadania, já estava em pauta nos anos 1980, tanto nas lutas pela redemocratização que levaram ao movimento Diretas Já, a Constituinte e a nova Constitucional de 1988, destacando a questão dos

direitos civis e políticos, como nas lutas por melhorias na qualidade de vida. Nela a cidadania ganha novo sentido, como o de cidadania coletiva e ultrapassa a demanda pelos direitos civis chamados de primeira geração, para incluir como os direitos sociais básicos, já reivindicados desde a Revolução Francesa, contidos nas demandas por moradia, abrigo e comida, como direitos sociais modernos, relativos a condições de trabalho, educação, saúde, etc. (GOHN, 2004).

A cidadania nos anos 1990 foi introduzida nos discursos oficiais na direção próxima da idéia de participação civil, de exercício de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata de direitos, e também de deveres dos sujeitos (GOHN, 2004).

No novo cenário dos anos de 1980 e 1990, a sociedade civil se amplia juntando-se a sociedade política, e com isso formando um novo caráter contraditório. Desenvolve-se um novo espaço público, denominado público não estatal, onde entram os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais. Essas demandas passam a ser vistas como parte da "Questão Social" do país. (GOHN, 2004).

Inserindo aqui uma nova análise em outra direção, Robert Putnam (1993) desenvolveu vários conceitos que são básicos para entender a questão do empoderamento, tais como comunidades cívicas e capital social. Este autor caracteriza o conceito de comunidades cívicas como "cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração". (PUTNAM, 1993, p. 31).

Putnam diz que os hábitos democráticos surgem de relações horizontais, ou seja, do espírito de reciprocidade e cooperação. Todavia, a sua maior contribuição foi na articulação com um novo conceito, que ganhou nova significação nos anos 90: denominado de "capital social". Para ele, o conceito de comunidade é dotado de individualismo e o de capital social justamente veio para firmar-se nos círculos intelectuais americanos com o intuito de substituir o primeiro (PUTNAM, 2000).

O autor afirma que o capital social deve ser analisado por noções de capital físico e capital humano, ferramentas e treinamento para aumentar a produtividade

individual, onde o cerne da idéia da teoria do capital social é que as redes têm valor [...]. Enquanto capital físico refere-se a objetos físicos e capital humano refere-se a propriedades dos indivíduos, capital social refere-se o link entre indivíduos, redes sociais e as normas de reciprocidade e lealdade que surgem a partir deles. Sendo assim, o capital social é chamado de "virtude cívica". A diferença é que "capital social" chama atenção para o fato de que a "virtude cívica" é muito mais poderosa quando imersa numa rede densa de relações sociais recíprocas. Uma sociedade que possui muitos indivíduos virtuosos, mas isolados, não é necessariamente rica em capital social. (PUTNAM, 2000).

Existem, também algumas premissas básicas relativas à participação da sociedade civil destacando a participação desta na esfera pública, via conselhos e outras formas institucionalizadas, não tendo como objetivo a substituição do Estado, mas a luta para que o mesmo cumpra seu dever, de propiciar educação, saúde, lazer, moradia dentre outras, e esses serviços com qualidade e acesso para todos os cidadãos. Para essa participação deve se levar em consideração a experiência de cada cidadão, não enquadrando-os em estruturas prévias, em um modelo pragmático denominado por Ricci (2003).

Para melhor compreendermos a questão do modelo pragmático, em um de seus estudos Rudá Ricci, em exposição em Belo Horizonte afirmou: "o mundo da experiência é o da memória coletiva, da solidariedade, aquela solidariedade que gera identidade".(RICCI, 2003, p.23). O pragmatismo não gera experiência porque se refere a ações, imediatistas, sem ter uma reflexão. O pragmatismo se funda em estatísticas e não em experiências acumuladas através de processos participativos. Não levando a construção de alternativas, porque é imóvel, e não apresenta saídas.

O modelo pragmático vai de encontro ao projeto ético-político e a Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social, pois através deste entendemos que deve-se levar em conta a experiência de cada indivíduo, e que a mudança acontece através de cada sujeito com suas devidas experiências. Para pensarmos em mudanças é necessário uma reflexão profunda, baseada na participação de todos os indivíduos.

Retornando análises de Gohn (2004), estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro através de conselhos e outras formas institucionalizadas. Não perdendo de vista que essas novas redes associativistas também contribuem para o *empowerment* (empoderamento) dos setores populares em nossa sociedade, ainda que sendo de forma muito pontual por trabalharem com projetos focalizados.

Apesar desse novo momento precisamos ter em mente que os problemas sociais são graves e necessitam de respostas urgentes. Sendo assim, para diminuir essas necessidades, organizam-se iniciativas privadas com um papel mais corporativo e estruturado no apoio de empresários, sobre as regras do mercado, tendendo a predominar-se sobre os movimentos das ONG's, que possuem ênfase na organização da sociedade civil para defenderem seus interesses, construindo novos atores sociais com o intuito de atuarem na defesa da cidadania. Um dos problemas dessas instituições com perfil democrático e participativo é que seu impacto na realidade é muito lento (Gohn 2004),

Tudo isso resulta um cenário de dicotomias, no qual convivem entidades diversas. Algumas buscam a integração dos excluídos por meio da participação comunitária em políticas sociais compensatórias. Outras entidades buscam através de redes e fóruns sociais, a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados num novo modelo civilizatório onde a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis.

A importância da participação da sociedade civil se faz neste contexto, não apenas para ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, mas se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações, não atendendo apenas as questões emergências, a partir do acesso de recursos mínimos destinados as áreas sociais.

Portanto, neste novo século, percebe-se que novos sujeitos entraram em cena. Várias lutas sociais surgiram, novos conflitos sociais eclodiram, abrangendo diferentes temáticas que vão da biodiversidade, lutas e demandas étnicas, até as lutas religiosas. Essas temáticas criam novas agendas, propostas e projetos sóciopolíticos variados.

A produção teórica sobre os movimentos sociais no novo milênio vai de encontro as novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, gerados por mudanças ocorridas no século XX, mediante ao efeito da globalização, em suas múltiplas faces. A temática dos movimentos sociais ressurgiu como tema central no plano internacional trazendo o objetivo de investigação por meio do movimento antiglobalização, com uma nova perspectiva de romper as barreiras das nações, e transformar-se em transnacional Gohn (2004).

As transformações ocorridas no mundo nas últimas décadas, e que influenciaram o foco nos movimentos sociais, em particular na América Latina, nos permite expor que os movimentos sociais agora não se limitam a política, a religião ou a demandas socioeconômicas e trabalhistas, os movimentos por reconhecimento, culturais e identitários ganharam destaque junto aos movimentos sociais globais.

O associativismo é trabalhado como prática de vinculação voluntária, de acordo com identidades pragmáticas e/ ou com bases em valores. E a dominação política também é traduzida como dominação social, econômica e cultural. Por isso os movimentos sociais são tão importantes (neste contexto citamos a própria AREsp), pois lutam para questionar a legitimidade de uma determinada ordem social, buscando atender necessidades concretas da população através dessas associações.

## **2.3 Catadores de Material Reciclável em Florianópolis: Visão social**

### **2.3.1 Associação de Recicladores Esperança – AREsp**

Em 1997, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), atualmente Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina-CEFET/SC, desenvolveu um projeto de extensão denominado "Projeto Unidades Descentralizadas de Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos", proposto pelo Laboratório de Experiências em Papel Artesanal (LEPA) do Curso de Saneamento do CEFET/SC, através da Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina (FETESC), tendo a parceria da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP).

Este Projeto tinha como objetivo a capacitação de pessoas interessadas em trabalhar com triagem de resíduos sólidos, reciclagem de papel artesanal, além de possibilitar o conhecimento sobre associativismo e cooperativismo solidário, com vistas a que os participantes fossem capacitados para gerirem uma associação de recicladores. O referido Projeto foi ganhador do “1º Concurso de Projetos Sociais da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho”, em julho deste mesmo ano. A partir de dezembro de 1997, até julho de 1999, ano de fundação da Associação de Recicladores Esperança (AREsp), onde o mesmo teve sua conclusão.

O objetivo do Projeto era de beneficiar moradores de comunidades carentes de Florianópolis com a implantação de Unidades Descentralizadas de Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos (UDTeR). A escolha das comunidades a serem beneficiadas pelo Projeto foi feita pelo extinto Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que selecionou comunidades do bairro Monte Cristo, sendo essas: Chico Mendes, Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória, Nova Esperança, Promorar, Santa Terezinha I, Santa Terezinha II e um alojamento mantido pela PMF para as pessoas que se encontravam na margem da Via Expressa (BR 282).

Vale destacar que Projeto Social da região Chico Mendes, proposto pelo programa Habitar Brasil BID (HBB), nesta região, evidenciou que o número de desempregados é expressivo, agravando os problemas sociais dessa área. Outro dado levando o que denota preocupações sociais, segundo tal Projeto, está ligado à educação, visto que a escolaridade dos chefes de família é bastante baixa, prevalecendo os que cursaram apenas parte do ensino fundamental (Relatório HBB, Chico Mendes, FLORIANÓPOLIS, 2000).

No final do ano de 1998, a COMCAP cedeu um terreno no bairro de Itacorubi, onde a Secretaria de Desenvolvimento Social construiu um galpão que foi ocupado pela AREsp até outubro de 2008. A partir de então a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) cedeu um galpão de alvenaria localizado na comunidade Chico Mendes. Atualmente a Associação de Recicladores Esperança, se localiza na Rua Joaquim Nabuco, nº 60, no Bairro Monte Cristo, município de Florianópolis.

A atividade que a AREsp desenvolve com resíduos sólidos, é uma das poucas



iniciativas de reaproveitamento de lixo seletivo em Florianópolis. Atualmente a associação conta com 23 associados, e tem como missão, “desenvolver o processo de reciclagem promovendo: geração de trabalho e renda, conservação do meio ambiente, e o fortalecimento da economia solidária” (PLANO DE GESTÃO, 2007).

A AREsp possui um estatuto e um regimento interno, ambos aprovados em Assembléia no dia 01 de setembro de 1999, sendo o Estatuto Social revisado em 28 de junho de 2006.

Conforme consta no estatuto da associação, em seu Artigo 1º: “a associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que objetiva promover a união dos seus associados em torno da defesa dos direitos sociais e econômicos, sem distinção de raça, gênero, credo, cor e partido político”.

E no Artigo 2º do referido estatuto constam as condições necessárias para alguém se associar, ou seja, apresentar:

CPF, Carteira de identidade, ser maior de 18 anos, chefe de família, demonstrar honestidade, responsabilidade, ser cumpridor de seus deveres, morar na região Monte Cristo, e ser aprovado no período de experiência (de três meses) (ESTATUTO SOCIAL, 1999).

Então para participar da associação enquanto associado, os interessados precisam seguir o que está previsto nos Artigos 1º e 2º.

O Estatuto trata também dos direitos e deveres dos associados. Neste, em seu Artigo 5º são expressos, os direitos de cada associado, entre os quais, os direitos: De votar e ser votado; auferir de todas as vantagens garantidas e conquistadas pela associação; pedir seu afastamento por tempo determinado de forma justificada para a diretoria que deve encaminhar a decisão à assembléia; solicitar seu desligamento e afastamento da associação de forma voluntária e espontânea do quadro de associados mediante preenchimento de documento justificatório, (ESTATUTO SOCIAL, 1999).

É na participação e no exercício de seus direitos que se constata o espaço onde os associados exercem seu papel de cidadão, pois é através de escolhas que podem provocar e construir mudanças.

No artigo 6º, encontram-se os deveres de todo associado, os quais são: trabalhar em prol dos objetivos da associação; respeitar os dispositivos estatutários e os demais

regulamentos da Associação; comparecer nas assembleias gerais e outras reuniões para as quais tenha sido convocado; apresentar às instâncias da Associação, irregularidades encontradas; contribuir pontualmente, com sua cota mensal da partilha para o fundo de Manutenção, Investimento e Social (ESTATUTO SOCIAL, 1999).

A associação possui uma estrutura administrativa composta por: Presidente, Vice- Presidente, Tesoureiro, Secretário, Fiscal e suplentes. A diretoria da associação tem como atribuições conforme nos consta no Artigo 30º:

a) Comercializar os materiais com os compradores; b) Promover e efetuar o pagamento da partilha para os associados; c) Fazer cumprir o regimento interno; d) Determinar e definir o trabalho que deve ser realizado para os associados; e) Construir o fundo de reservas, de acordo com o percentual determinado pela assembleia; f) Apresentar a prestação de contas para os associados; g) Admitir e demitir associados de acordo com os interesses da associação; h) Participar de reuniões externas, quando for do interesse da associação; i) Promover a limpeza e conservação, bem como zelar pelos equipamentos e máquinas da associação; j) Representar a associação em qualquer instância que se fizer necessário. (ESTATUTO SOCIAL, 1999).

A partir disso, é importante que a diretoria trabalhe sempre de forma articulada e comprometida com as atribuições que lhes são colocadas no Estatuto Social, para que as atividades cheguem a seu objetivo final, que é o desenvolvimento da associação.

O material reciclável utilizado pelos associados para a triagem, é fornecido pela COMCAP através da coleta seletiva, sendo esses enviados para a associação fazer a triagem dos mesmos.

Os associados fazem a triagem do material reciclável. Este corre por uma esteira e os associados estão na lateral da mesma e o colocam em sacos, separando-os e os depositando em "bacias" (local onde os materiais são depositados). Os materiais são separados em: alumínio, papéis, latas e plásticos, com exceção do material considerado duro, como carcaça de computadores, cadeiras, baldes, bacias, entre outros. Uma parte do vidro é quebrada e uma outra parte é comercializada inteira. Os papéis, plásticos e alumínio são armazenados no galpão, os vidros triturados, e os materiais ferrosos são armazenados dentro do pátio em uma casa coberta.

Depois de todo processo de separação dos materiais, classificação, enfardamento, o material é comercializado. Essa comercialização é realizada quinzenalmente, bem como a partilha dos ganhos.

Após a venda, o lucro dos materiais recicláveis é revertida para os próprios associados, quando então fazem a partilha. Esta é toda realizada pelos próprios associados.

Os sujeitos que coordenam a partilha são tesoureiro, o secretário e presidente. A atual tesoureira é quem faz o controle da saída dos materiais e quem também realiza a venda dos materiais recicláveis junto aos compradores. A venda do material acontece em um dia da semana, na sexta-feira. Neste mesmo dia os responsáveis pela partilha se reúnem no escritório da associação para fazer os cálculos de quanto cada associado irá receber. Como foi dito anteriormente, a partilha ocorre quinzenalmente, e o pagamento é calculado de acordo com os dias trabalhados, sendo que em média cada associado recebe R\$ 400,00/mês (quatrocentos reais por mês).

A prática do rateio, como é chamada a forma de dividerem o lucro, é habitualmente usada nas associações sem fins lucrativos, não havendo diferença de cargos, ou seja, todo e qualquer associado, independente do cargo que exerce receberá uma quantia igual aos demais membros que ocupam aparentemente uma posição superior, como, o presidente da então associação.

Ao analisarmos o valor que recebem quinzenalmente, podemos perceber que não significa uma quantia muito expressiva, onde muitas vezes acabam por não conseguir suprir suas necessidades mais básicas, tendo que recorrer à auxílios assistências, como por exemplo junto a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), como a maioria dos associados possuem filhos em idade escolar, percebemos a existência do recebimento do Benefício do Bolsa Família, sendo essa é a realidade vivenciada pelos sócios dentro da AREsp. Outro ponto importante para ser analisado, é a necessidade que possuem em ter o apoio da Assistente Social para lhes indicar meios de como chegarem a alguns instituições, como SMAS, Conselho Tutelar, Associação Florianopolitana de Voluntárias (AFLOV).

O horário de trabalho dos associados é das 08h00min às 12h00min, com intervalo de 30 minutos para o café e uma hora para o almoço. As 13h00min os

associados retomam as atividades, parando as 15h00min para o lanche e finalizando as atividades às 18h30min

Em 2006, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), disponibilizou uma assistente social da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) para acompanhar as atividades junto a AREsp.

Atualmente a AREsp, é composta por 23 associados, sendo 19 mulheres e 04 homens, entre 28 a 50 anos. Todos são moradores do bairro Monte Cristo, compreendendo as comunidades Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Chico Mendes, Monte Cristo, Promorar, Santa Terezinha I, Santa Terezinha II, Nova Esperança e Panorama. Desses associados a grande maioria deles são chefes de família, dependem exclusivamente da renda obtida na associação para o seu sustento e de suas famílias.

Percebemos que a AREsp demonstra ser um exemplo na experiência de economia solidária e associativismo, utilizando em suas atividades uma ação humanizadora e de sustentabilidade. O modelo de desenvolvimento leva em consideração as necessidades humanas, em conjunto com a coletividade, possuindo um espírito solidário e coletivo. Visando a valorização do trabalho humano, através de uma concepção que lhes proporcionam melhores condições de vida, e com isso constituindo uma nova postura profissional.

### 2.3.2 Associação de Coletores de Material Reciclável – ACMR

Para que pudéssemos mencionar esse item no trabalho, realizamos uma entrevista com a Psicóloga da COMCAP que acompanha a ACMR desde o ano de 1995. Podendo-se constatar através do apêndice A.

Mediante a entrevista acima citada, obtivemos as informações a seguir.

No ano de 1993, há 16 anos atrás o primeiro associado desta Associação, onde chegou à Florianópolis e deu início as atividades informais de coleta de papel e papelão.

Por volta de 1995, com o aumento do número de catadores, chegou o momento da atividade demandar alguma forma de controle, pois passou a ser considerada pelos órgãos públicos como sendo desorganizada, atrapalhando o trânsito e a circulação de pedestres no centro da cidade, além da utilização de praças e espaços públicos como depósitos de materiais. Na ocasião, a solução encontrada foi a alocação de um ponto, sendo esse localizado sob a Passarela de Samba Nego Querido, para que os papeleiros pudessem amontoar seus materiais recolhidos.

Esse espaço cedido pela administração pública descontentou os catadores, pois estes consideravam como sendo um local afastado do centro urbano da cidade e dos olhos da comunidade, e, além disso, esse espaço também era freqüentado por diversos tipos considerados como marginais.

No final do ano de 1997, partindo da denuncia que lhe foi encaminhado, a Procuradoria da Coletividade convocou o Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura, a COMCAP e a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), representantes do poder público, no que tangia a situação dos catadores de papel que vinham trabalhando no Aterro da Baía Sul, sob a Passarela do Samba, para tomarem as providencias cabíveis no sentido de solucionar os problemas constatados naquele local. A precariedade das condições sanitárias e de disposição dos materiais coletados, agregados aos índices de violência e criminalidade associados ao local, exigia uma ação efetiva da Prefeitura.

Assim sendo, constatada a insalubridade daquele local, a COMCAP e a SUSP estabeleceram contratos com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e, depois de um processo de negociações, optaram emergencialmente por construir um espaço debaixo da Ponte Pedro Ivo Campos para alojar o trabalho daqueles coletores. Após o processo de "construção" de um galpão, outros catadores juntaram-se ao grupo, e com isso constituíram uma Associação, sendo esses em geral procedentes das camadas sociais mais carentes.

A transferência dos catadores acabou ocorrendo somente em junho de 1999. No entanto, os problemas de organização e relacionamento entre eles exigiam dos órgãos municipais envolvidos uma atuação mais efetiva. Formou-se então, em novembro de 1999, uma equipe de profissionais procedentes do Departamento de Desenvolvimento

Social/ Divisão da Criança e da COMCAP, que passou a assessorar e acompanhar todo o processo de organização das catadores numa associação, com o intuito de estimular o desenvolvimento de formas associativas e integradas de trabalho e de geração de renda.

Após serem por muito tempo considerados, erroneamente pela Prefeitura como indigentes estão organizados em uma Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, que tem como missão a representação dos Papeleiros como categoria profissional, dando-lhes plenas condições de trabalho e exercício de seu papel social frente a um projeto societário, de economia social e desenvolvimento sustentável.

Assim, os catadores atuavam no centro da cidade há quase dezesseis anos, mas a organização dos mesmos, como associação, data de 20 de Março de 2000.

A área construída debaixo da Ponte girava em torno de 360m<sup>2</sup>. No local, existia uma sala para escritório, uma cozinha e banheiros. O restante da área coberta pela Ponte, servia para os associados realizarem a triagem do material. Eram 57 associados trabalhando com seus carrinhos coletores, puxados por homens e mulheres. Os catadores operavam na região central de Florianópolis e adjacências. A Sede da Associação possuía energia elétrica, 01 telefone publico e água. Em função da localização, o local apresentava bastante barulho, devido ao grande fluxo de veículos.

A atividade dos catadores de materiais recicláveis não foi algo previsto ou planejado. Foi sim, a única alternativa encontradas por essas imigrantes que, vindos do Rio Grande do Sul e do oeste de Santa Catarina, ao chegaram em Florianópolis, depararam-se com uma realidade diferente da imaginada.

A saída foi sujeitarem-se aquilo que é considerado um subemprego, mas que lhes dá condições de vida, mesmo que muito precárias.

Atualmente são 80 associados, com um grau de escolaridade muito baixo, vindos majoritariamente das comunidades de Vila Aparecida, Brejarú (Município de Palhoça) e Vila Ipiranga.

Desde março de 2009 a Associação encontra-se localizada em um espaço cedido pela COMCAP, na Rodovia Ademar Gonzaga. Nesse local possuem um espaço grande, coberto, onde podem se abrigar das chuvas.

Contam também com algumas parcerias como: COMCAP, IPUF, SUSP, IGEOF, SMHSA, e alguns convênios com órgãos federais, como Banco do Brasil, com o Projeto chamado "Cata Bem", pois através da Lei 5.900, onde os órgãos públicos federais devem destinar seus materiais recicláveis a associações legalmente formais.

O horário de trabalho dos associados é das 9h00min às 18h00min, onde a COMCAP cede um ônibus para buscá-los e levá-los após o trabalho. Possuem um intervalo de 30 minutos para o café e uma hora para o almoço. Sendo que associados são livres para escolherem o horário que desejam trabalhar, pois os ganhos são calculados com base na sua produtividade individual, ou seja, quanto mais trabalhar mais será remunerado no final da partilha. Atualmente recebem em média R\$ 600,00 por quinzena, podendo chegar a R\$ 1.000,00, pois a partilha é feita de forma individual, já que conforme mencionado acima, é feita mediante o trabalho individual de cada associado.

Atualmente recebem orientação de profissionais do projeto "Cata Bem", onde contam com um Engenheiro Ambiental e Sanitarista, um Administrador, uma Psicóloga, uma Assistente Social, um Técnico em Segurança do Trabalho, e um Técnico em Informática, além de serem acompanhados por profissionais da COMCAP.

Conforme podemos perceber, a ACMR não tem desenvolvido um trabalho especialmente de associação. Pois a mesma trabalha com a forma de rendimento individual, mesmo que em seu estatuto constando o rateio, ou seja, divisão igual do lucro obtido pela associação, isso os caracteriza de forma diferenciada aos associados da AREsp, que tem uma concepção puramente de economia solidária.

O segundo o Plano de Negócios para Desenvolvimento Econômico Solidários de Autogestão (2003, p. 6), nos afirma que economia solidária vem a fundamentar uma globalização humanizadora, buscando um desenvolvimento sustentável, justo e voltado para satisfazer as necessidades dos cidadãos, seguindo o caminho do desenvolvimento sustentável na qualidade de vida dos sujeitos.

Ao analisarmos a ACMR visualizamos uma Associação que possui dificuldades para que possamos defini-la como sendo uma associação que possui os critérios de economia solidária e associativismo, pois estudando seu Estatuto Social fica evidente que possuem, mas ao partirmos para a análise de sua prática diária os critérios de

coletividade, espírito de solidariedade, não estão muito presentes em suas atividades, podemos melhor visualizar isso através de sua partilha, que é realizada mediante a produção individual de cada associado, isso descaracteriza uma associação denominada economicamente solidária.



### 3. ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES ESPERANÇA – AREsp: UM ESPAÇO DE AÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

#### 3.1. Assessoria: conceito e abordagem do Serviço Social

Para entrarmos na discussão da prática de assessoria que é desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social, é necessário entendermos algumas considerações sobre a prática profissional de Serviço Social.

Estamos de acordo com Iamamoto (2001) quanto afirma que a prática desta profissão pode ser entendida como o trabalho, pois o profissional de Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho e “é através do trabalho que o homem se afirma com *um ser que dá respostas* prática as suas carências, e necessidades” (IAMAMOTO, 2001, p.60).

Entretanto, pensar sobre a prática profissional do Serviço Social, segundo Sarmiento (2005), não se resume em refletir sobre imediatez, mas é necessário um subsídio teórico que a dê suporte. E para isso, o autor remete a teoria social marxista, fundada no materialismo histórico que se desenvolveu através das teorias da luta de classes e dessa com a contradição do trabalho. Este autor destaca que:

[...] no processo de trabalho, apreender e fundamentar que os instrumentos e técnicas são as mediações através das quais objetivamos nossos projetos, ou seja, ‘lançamos mão’, deste para a efetivação de nossas ações no conjunto das relações sociais (2000, p. 20).

Sarmiento ainda ressalta que na prática profissional do assistente social, sua relação com os sujeitos é intermediada por um potencializador, que concentra todo o conhecimento disposto pelo profissional. Sendo que, ao fazer uso do instrumento como um meio de trabalho, expressa o projeto social que pretende alcançar.

Esta breve aproximação é importante para que possamos compreender a prática de assessoria desenvolvida pelo Serviço Social e que será discutida a seguir.

Para melhor compreendermos como ocorre a assessoria como prática dos profissionais de Serviço Social, partimos do conceito técnico e generalista apresentado

no dicionário, que segundo Ferreira (1999), define assessorar como o *ato de servir, assistir, auxiliar tecnicamente, graças a conhecimentos especializados em dado assunto*.

Partindo dessa primeira noção de assessoria como ação técnica, podemos perceber que a prática de assessoria pede um profissional com conhecimentos específicos na área em que presta este serviço, e para isso é necessário conhecer de forma minuciosa as percepções e perspectivas do sujeito ou órgão assessorado para alcançar os objetivos pré-estabelecidos.

Através dessa perspectiva, Bravo e Matos (2006) entendem que o profissional para executar assessoria deve possuir um perfil com capacidade de propor estratégias, e que essas possam ser empregadas pela equipe dos sujeitos que estão sendo assessorados. O profissional deve possuir capacidade de analisar a realidade e apresentar estratégias para esta, contribuindo na busca pela emancipação dos sujeitos, a fim de fornecer elementos para a superação da alienação e cerceamento político, econômico e social.

O profissional necessita exercer um olhar diferenciado, por estar no lado de fora da situação a qual assessora, não podendo deixar de ouvir e compreender a visão do assessorado, pois assessorar é uma prática que necessita de uma relação de troca de experiências. Neste sentido o assessor e assessorado acrescentam um ao outro, avaliando e qualificando suas análises, tendo como finalidade os resultados esperados. Para melhor entendermos isto, utilizamos Vasconcelos (1998), quando esta salienta que nos processos de assessoria as relações estabelecidas entre o assessor e o assessorado, devem romper com o caráter hierarquizado e subalternizante, dando lugar a participação de todos os sujeitos envolvidos.

A demanda de assessoria para o Serviço Social se constitui como prática de serviços a órgãos governamentais, não-governamentais e empresas privadas. O profissional que desenvolve assessoria habitualmente atua na prestação de serviços à organizações demandatárias dos serviços, sendo que em alguns casos não possui vínculo empregatício com a instituição, caracterizando um trabalho de monitoramento e/ou acompanhamento de ações desenvolvidas na instituição.

Vasconcelos (1998) salienta que para uma efetiva realização da assessoria, é necessário profissionais com habilidades para a negociação, sempre buscando aprimoramento teórico, habilidade em informática, espírito de liderança, criatividade e um bom relacionamento tanto interpessoal como com a equipe.

O papel de assessoria, portanto passa por uma prática de instrumentalizar os sujeitos sociais frente ao aparato estatal, que em muitas situações perante a burocratização, impede o atendimento aos sujeitos.

Dessa forma, a perspectiva da prática de assessoria subsidia uma aproximação com os membros e pos caminhos para a obtenção de resultados no processo de lutas sociais.

Neste sentido Gohn afirma que:

[...] as assessorias passam a ser os grandes agentes de intermediação entre os movimentos e as novas políticas sociais, entre o povo e o governo [...] nos processos de negociação as assessorias desempenham papel de mediação fundamental [...] objetivando assessorar os movimentos em seus demandas cotidianas. (1999, 26)

Verificamos que a prática de assessoria se constitui como umas das competências e atribuição privativas do Serviço Social conforme definido na Lei N° 8.862 que regulamento a profissão, sendo que está prática se aplica nos dispositivos expressos abaixo:

Art 4° Constituem competências do assistente social:

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II desde artigo;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

Art 5° Constituem atribuições privativas do assistente social:

III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

Então, podemos afirmar que o profissional de serviço social possui competência técnica para realizar atividades tanto de assessoria quanto consultoria na área do serviço social, sendo essa uma das atribuições privativas do profissional, podendo auxiliar órgãos públicos e privados, além de apoiar movimentos sociais, e instituições em

matéria de políticas sociais, visando a defesa dos direitos e coletividade dos sujeitos.

### 3.1.2 Assessoria: um espaço de trabalho do Serviço Social na AREsp

A Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) disponibiliza de dois profissionais, sendo um psicólogo e um assistente social, para acompanharem as atividades na AREsp, sendo um psicólogo cedido pela COMCAP, e um assistente social cedido pela Secretaria Municipal de Habitação de Saneamento Ambiental (SMHSA).

O Serviço Social na AREsp, desenvolve um trabalho de assessoria. Este é considerada no Serviço Social um instrumento de trabalho profissional, com o objetivo de construir a autonomia do grupo, bem como a ação atuante, reivindicatória e mobilizadora perante os processos públicos, sociais e econômicos que envolvem a associação, a comunidade em que vivem e a sociedade como um todo. O Serviço Social atua junto ao grupo com o intuito de realizar o exercício da cidadania.

Sendo assim, entendemos que na prática do Serviço Social, o assistente social que desenvolve assessoria, deverá “acompanhar os processos de trabalho da organização e/ ou de grupos, apontando possibilidades, limites e alternativas no projeto pretendido” (GOERCK e VICCARI, 1999, p. 68).

A atuação da assistente social na associação é realizada com o objetivo de:

Potencializar a participação social na dinâmica da associação, bem como no controle social e articulação com o poder público; Capacitar o grupo para a autogestão; Dinamizar as reuniões de grupo com palestras e/ou oficinas interdisciplinares (assistente social, psicólogo, cientista político, ambientalista, técnico de segurança do trabalho, entre outros) visando o lúdico-educativo; Contribuir para a democratização das relações entre a associação, os moradores do bairro Chico Mendes e o Poder Público; Orientar os associados em relação às suas demandas sociais; Contribuir para a construção de respostas para as necessidades colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos (MACHADO, 2007, p. 47-48).

Bravo e Matos (2006) afirmam que existem profissionais que tratam a assessoria como um espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas a garantia de direitos. A assistente social que desenvolve atividade junto a AREsp, em sua prática diária, busca pautar suas ações nos princípios éticos da

profissão, visando um processo de construção coletiva, trabalhando o espaço de viabilização de direitos, com vistas à ampliação da cidadania dos associados, bem como buscando articulações com setores da sociedade, poder público para que os mesmos percebam a importância do trabalho da associação e valorizem essa população.

Na atuação como assessor, o assistente social põe em movimento outros instrumentos técnico-operativos, que referem-se a realização de: a) reuniões – externas (com órgãos, públicos, privados e secretarias) e internas (com os associados, diretoria, no acompanhamento semanal a Aresp); b) assembleias; c) participação em encontros regionais e estaduais dos catadores de material reciclável, entre outros, sempre visando o fortalecimento do grupo.

O Projeto ético político da profissão se pauta nos princípios da autonomia, que será discutido seguir.

### 3.2 Autonomia: Subjetividade e cidadania

As teorias éticas enfrentam o duplo problema da necessidade e da contingência, e com isso definindo o campo da liberdade possível, como Chauí explana a seguir:

A contingência, ou o acaso era representada pela Fortuna, mulher volúvel e caprichosa, que trazia nas mãos uma roda, fazendo-a girar de tal modo que quem estivesse no alto (a boa fortuna ou boa sorte) caísse (infortúnio ou má sorte) e quem estivesse embaixo fosse elevado. Inconstante, incerta e cega, a roda da Fortuna era a pura sorte, boa ou má, contra a qual nada se poderia fazer, como na música de Chico Buarque: "Eis que chega a roda-viva, levando a saudade pra lá". (2000, p. 462).

Nesta citação entendemos que a vida seria mero acaso do destino, que os homens não possuem a capacidade de realizar suas escolhas, sendo alienados pelo mundo que os cerca, onde a liberdade de escolha é condicionada a própria sorte.

A primeira teoria filosófica da liberdade é escrita por Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* e, permanecendo através dos séculos, chegando até o século XX, quando foi retomada por Sartre. Nessa teoria, a liberdade se opõe ao que é condicionado

externamente (necessidade) e ao que acontece sem escolha deliberada (contingência). (CHAUÍ, 2000).

Diz Aristóteles que é livre o homem que carrega em si o princípio para agir ou não agir, ou seja, aquele que é causa interna de sua ação ou da decisão de não agir. A liberdade é entendida como o poder pleno da vontade para determinar a si mesma ou para ser autodeterminada. Também é pensada como ausência de constrangimentos externos e internos, isto é, não encontrando obstáculos para se realizar, nem é forçada por coisa alguma para agir. Trata-se da espontaneidade total do agente, que por si mesmo chega aos seus motivos e os fins de sua ação, sem sofrer constrangimento ou forçado por nada e por ninguém. (CHAUÍ, 2000).

Tendo em vista essa teoria, na concepção aristotélica, a liberdade é o princípio da escolha de alternativas possíveis, realizando-se como decisão e ato voluntário. Contrariamente a necessidade, sob a qual o sujeito sofre a ação de uma causa externa que o obriga a agir sempre de uma determinada maneira, no ato voluntário livre, o sujeito é causa de si, isto é, causa total de sua ação. Sem dúvida, podemos dizer que a vontade livre é determinada por dois condicionantes, pela razão ou pela inteligência e, nesse caso, causa de si não é incondicionada, mas que é causada pelo raciocínio ou pelo pensamento. (CHAUÍ, 2000).

No entanto, como disseram os filósofos que vieram após Aristóteles, a inteligência pode indicar à uma certa direção, mas não obrigando nem constrangendo, podemos assim agir na direção contrária a indicada pela inteligência ou razão. Sendo a vontade livre e incondicionada, podemos seguir ou não os conselhos que nossa consciência nos dá. Quando a direção apontada pela razão estiver em harmonia com o exercício da vontade, essa liberdade será ética. (CHAUÍ, 2000).

Para Sartre, a liberdade é a escolha incondicional que o próprio homem faz sobre seu mundo. Quando acreditamos estar sob o poder de forças poderosas maiores do que nossa vontade, esse julgamento é visto como uma decisão livre, pois outros homens, nestas mesmas circunstâncias não se curvaram nem se resignaram. (CHAUÍ, 2000).

A segunda concepção da liberdade foi, inicialmente desenvolvida por uma escola de Filosofia do período helenístico, o estoicismo, ressurgindo no século XVII com o

filósofo Espinosa e, no século XIX, com Hegel e Marx. Eles conservam a idéia se Aristóteles, de que a liberdade se autodeterminava. Conservaram também a idéia de que é livre aquele que age sem ser forçado nem constrangido por nada ou por ninguém e, portanto, é por isso age espontaneamente por uma força interna própria. No entanto, diferentemente de Aristóteles e de Sartre, não acreditavam que a liberdade era uma escolha realizada pela vontade individual, mas sim uma escolha do todo, do qual os indivíduos são partes (CHAUÍ, 2000).

O todo ou a totalidade pode ser a Natureza, como para os estóicos e Espinosa, ou a Cultura, para Hegel, ou, uma formação histórico-social, como para Marx. Em qualquer uma dessas teorias, é a totalidade que age ou atua segundo seus próprios princípios, dando suas leis, suas regras, suas normas. Essa totalidade é livre, não sofrendo nenhuma força exterior, e através dessa liberdade instaura leis e normas necessárias aos indivíduos. Em outras palavras, a liberdade, agora, é determinada pelo poder do todo para agir em conformidade consigo mesmo, sendo essa o que é e o que faz.

Essa concepção não mantém a oposição entre liberdade e necessidade, mas afirma que a necessidade como, as leis da natureza, normas e regras da cultura, as leis da história são a forma como percebemos a manifestação da liberdade. Em outras palavras, podemos dizer que a totalidade é livre, porque se põe a si mesma na existência e define por si mesma as leis e as regras de sua atividade. É importante, porque tais leis e regras exprimem necessariamente o que ela é e faz. Liberdade não é escolher e deliberar, mas sim agir ou fazer alguma coisa em conjunto com a natureza do sujeito que, no caso, é a totalidade.

Neste contexto, Chauí indaga “O que significa então a liberdade humana?” e esta autora afirma que essa questão, pode ser respondida de duas direções distintas:

a primeira afirma que o todo é racional e que suas partes também o são, sendo livres quando agirem em conformidade com as leis do todo, para o bem da totalidade; a segunda afirma que as partes são de mesma essência que o todo e, portanto, são racionais e livres como ele, dotadas de força interior para agir por si mesmas, de sorte que a liberdade é tomar parte ativa na atividade do todo. Tomar parte ativa significa, por um lado, conhecer as condições estabelecidas pelo todo, conhecer suas causas e o modo como determinam nossas ações, e, por outro lado, graças a tal conhecimento, não ser um joguete das condições e causas que atuam sobre nós, mas agir sobre elas também. Não somos livres

para escolher tudo, mas o somos para fazer tudo quanto esteja de acordo com nosso ser e com nossa capacidade de agir, graças ao conhecimento que possuímos das circunstâncias em que vamos agir. (2000, p. 465).

A filósofa Chauí (2000) analisa que, além da concepção de tipo aristotélico-sartreano e da concepção de tipo estóico-hegeliano, existe também uma terceira possibilidade de conceituação. Esta une os elementos das duas anteriores. Assim, afirmando, como a segunda, que nossas escolhas são condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos, ou seja, pela totalidade natural e histórica em que estamos situados. E afirmando, como na primeira, que a liberdade é um ato de decisão e escolha. Então, essa liberdade não se trata de querer alguma coisa, mas sim de fazer alguma coisa, distinção feita por Espinosa e Hobbes, no século XVII, que retornou no século XVIII, por Voltaire, quando afirmou que somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder para fazê-la.

Essa terceira concepção da liberdade trás a noção de possibilidade objetiva, ou seja, o possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente pelos sujeitos, mas é também marcada pela necessidade, mostrando que uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade de perceber tais possibilidades e o poder de realizar aquelas ações que podem mudar o curso das coisas, dando-lhe assim outra direção ou outro sentido. (CHAUÍ, 2000).

Podemos perceber que, a não ser aqueles filósofos que afirmaram a liberdade como um poder absolutamente incondicional da vontade, em quaisquer circunstâncias, como, Kant e Sartre, os demais, nas três concepções apresentadas, levaram em conta a tensão entre nossa liberdade e as condições naturais, culturais, psíquicas, que determinam os sujeitos. As discussões sobre as paixões, os interesses, as circunstâncias histórico-sociais, as condições naturais sempre estiveram presentes na ética e por isso uma idéia como a de possibilidade objetiva sempre esteve pressuposta ou implícita nas teorias sobre a liberdade.

O possível não é o provável, afirma Marilena Chauí. (CHAUÍ, 2000). O possível significa o previsível, sendo algo que podemos calcular e antever, porque é uma probabilidade contida nos fatos e nos dados analisados. O possível é aquilo criado pela



nossa própria ação, é o que vem a existência a partir do nosso agir. No entanto, surge como aquilo que as circunstâncias abriam para nossa ação. A liberdade é a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que nos permitem ultrapassá-las.

Nossa vida, nosso presente e nosso mundo formam um campo de condições e circunstâncias que não cabe a nós escolher e nem determinar. No entanto, tem um presente e terá um futuro, cujas direções podem ser percebidos como possibilidades objetivas. Diante desse campo, podemos assumir duas atitudes: a ilusão de que somos livres para mudá-lo em qualquer direção que desejarmos, ou a idéia de que nada podemos fazer. (CHAUI, 2000).

O campo do presente seguirá um curso que não depende de nós, pois seremos submetidos passivamente a ele, como a exemplo da torneira, a luz permanecerá apagada ou haverá um curto-circuito, incendiando a casa. “A liberdade não pode ser entendida com a idéia do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os indicadores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado (...)” (CHAUI, 2000).

A liberdade é a capacidade de transformar uma situação de fato numa realidade nova. Essa força que transforma, torna real o que era somente possível, é o que faz surgir uma ação heróica, um movimento anti-racista, uma luta contra a desigualdade social, e a então vitória. (CHAUI, 2000).

#### Segundo Chauí

o possível é o que se encontra aberto no coração do necessário e que nossa liberdade agarra para fazer-se liberdade. Nosso desejo e nossa vontade não são incondicionados, mas os condicionamentos não são obstáculos à liberdade e sim o meio pelo qual ela pode exercer-se (2000, p. 470).

Se nascemos numa sociedade que nos ensina valores morais, como, justiça, igualdade, generosidade, coragem, amizade, e mesmo assim impede a concretização deles, porque está organizada e estruturada de modo a impedi-los, reconhecer essa contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência. O segundo momento é a busca de uma outra

sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe apenas no ideal. (CHAUÍ, 2000).

O terceiro momento é a nossa decisão de agir e de escolher os meios para a ação, e o último momento da liberdade é a realização da ação da transformação do possível em um real, de uma possibilidade em uma realidade. (CHAUÍ, 2000).

A ética é o mundo das relações subjetivas, ou seja, entre o “eu” e o “outro” como sujeitos e pessoas, dotados de consciência, sendo livres e responsáveis. A experiência que melhor evidencia a dimensão essencialmente intersubjetiva da vida e da ética é o diálogo.

Sobre isto Merleau-Ponty afirma:

na experiência do diálogo, constitui-se entre mim e o outro um terreno comum, meu pensamento e o dele formam um só tecido, minhas falas e as dele são invocadas pela interlocução, inserem-se numa operação comum da qual nenhum de nós é o criador. Há um entre-dois, eu e o outro somos colaboradores, numa reciprocidade perfeita, coexistimos no mesmo mundo. No diálogo, fico liberado de mim mesmo, os pensamentos de outrem são dele mesmo, não sou eu quem os formo, embora eu os aprenda tão logo nasçam e mesmo me antecipe a eles, assim como as objeções de outrem arrancam de mim pensamentos que eu não sabia possuir, de tal modo que, se lhe empresto pensamentos, em troca ele me faz pensar. Somente depois, quando fico sozinho e me recordo do diálogo, fazendo deste um episódio de minha vida privada solitária, quando outrem tornou-se apenas uma ausência, é que posso, talvez, senti-lo como uma ameaça, pois desapareceu a reciprocidade que nos relacionava na concordância e na discordância (apud CHAUÍ, 2000, p. 472).

A vida é entendida como intersubjetividade corporal e psíquica, e porque a vida ética é reciprocidade entre os sujeitos, alguns filósofos denominaram a amizade o lugar de virtude proeminente, expressão do ideal de justiça. (CHAUÍ, 2000).

Na obra “Discurso da servidão voluntária”, procurando a compreensão do porque os homens renunciam a liberdade e voluntariamente servem aos tiranos, La Boétie contrapõe a amizade a servidão voluntária, escrevendo:

certamente, o tirano nunca ama e nem é amado. A amizade é nome sagrado, coisa santa: só pode existir entre gente de bem, nasce da mútua estima e se conserva não tanto por meio de benefícios, mas pela vida boa e pelos costumes bons. O que torna um amigo seguro de outro é a sua integridade. Como garantias, tem seu bem natural, sua fidelidade, sua constância. Não pode haver amizade onde há crueldade e injustiça. Entre os maus, quando se juntam, há uma conspiração, não sociedade. Não se apóiam mutuamente, mas temem-se mutuamente. Não são amigos, são cúmplices (LA BOÉTIE apud CHAUÍ, 2000, p. 472).

Sendo assim, Espinosa (1973) afirma que o ser humano torna-se mais livre na companhia de outras pessoas, do que na solidão e que “somente os seres humanos livres são gratos e reconhecidos uns aos outros”, considerando que os sujeitos livres são aqueles que “nunca agem com fraude, mas sempre de boa-fé” (ESPINOSA apud CHAUÍ, 2000, p. 472).

Se perguntarmos quais são, afinal, os valores, os motivos, os fins e os comportamentos éticos, responderemos dizendo que são aqueles nos quais buscamos eliminar a violência na relação com o outro, ao mesmo tempo em que procuramos manter a fidelidade a nós mesmos. Ético é não desaprender “a linguagem com que os homens se comunicam” e deixar “o coração crescer” para sermos mais nós mesmos, quanto mais formos capazes de reciprocidade e solidariedade (CHAUÍ, 2000, p. 473).

A ética é movida pelo campo das paixões, dos desejos, das ações e dos princípios, possuindo com isso uma dimensão de valor e de norma. Os valores são definidos pela cultura e pela sociedade em que vivemos, mas, por outro lado, somos sujeitos éticos, capazes tanto de assimilar valores e normas existentes, quanto também de criar novas normas e valores (CHAUÍ, 2000).

A liberdade, segundo Nietzsche, “é o poder fundamental que tenho de ser o sujeito de todas as minhas experiências”. Através de momentos de liberdade, podemos interpretar nossos valores, normas, princípios, e a partir dessa interpretação, surge a aceitação ou a recusa, a continuação ou a criação. A ação mais elevada para uma vida livre é nosso poder para avaliar os valores (apud CHAUÍ, 2000, p. 474).

O filósofo grego Epicuro escreveu: “O essencial para nossa felicidade é nossa condição íntima e dela somos senhores”. Ser autônomo é ser capaz de ter reciprocidade, de possuir relação intersubjetiva como coexistência, ou seja, isso é o núcleo da vida ética. O mesmo filósofo destacou que “a justiça não existe por si própria, mas encontra-se sempre nas relações recíprocas, em qualquer tempo e lugar em que exista entre os humanos o pacto de não causar nem sofrer dano” (apud CHAUÍ, 2000, p. 473).

Por fim, destacamos que o tema da autonomia está intrinsecamente relacionado ao da liberdade e exercício da cidadania, que a seguir será abordado.

### 3.2.1 Autonomia e Serviço Social

Para iniciar é importante colocar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, e implementada pelo Código de Ética, aprovado através da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993, e a partir de então discutir o projeto ético político da profissão.

A autora Torres (2007) tem sua perspectiva de análise construída para fundamentar seu conteúdo referenciada nos estudos de Iamamoto, principalmente os trabalhos de 1983, 1992, 1998, nos quais entende que o Serviço Social é introduzido no Brasil na década de 30 sob a promessa da burguesia emergente, como uma estratégia da classe dominante para disciplinar os males sociais advindos da expansão capitalista. É possível dizer que a origem do Serviço Social é histórica, e sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho depende fundamentalmente do grau de maturação e das formas assumidas pelos embates da classe social subalterna com o bloco do poder no enfrentamento da questão social (TORRES, 2007, p. 43). A autora Iamamoto entende que esta inserção e a consolidação da profissão,

dependem ainda do caráter das políticas do Estado, que articuladas ao contexto internacional, vão atribuindo especificidades à configuração do Serviço Social na divisão social do trabalho (1992, p. 87).

Nesta perspectiva, o Serviço Social vem se consolidar como profissão e a partir da divisão do trabalho e “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária” (IAMAMOTO, 1999 p. 88). Ou seja, para compreender e reconhecer a profissão de Serviço Social, é preciso analisá-la sob sua vinculação a divisão do trabalho, sob a influência da Igreja católica e sob as contradições identificadas na realidade social (TORRES, 2007).

Nesta perspectiva Iamamoto afirma:

as bases da organização social são tidas como dadas e não são questionadas em suas raízes, a solução entrevista limita-se à reforma do homem dentro da sociedade, para o que deve contribuir o Serviço Social (1999, p. 29).

Quanto ao objeto de intervenção do Serviço Social, incide sobre as expressões da questão social e fundamentalmente, sobre como elas são experienciadas, de sua forma singular e pelos usuários dos serviços prestados pelo assistente social.

A autora Yamamoto explica que questão social pode ser entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista ela afirma que:

[...] o desenvolvimento nesta sociedade trás uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social [...] na sua contra-face, faz crescer a distância entre a concentração/ acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população (1999, p 27-28).

Através da questão social é possível identificar as desigualdades, a exclusão social vivenciada pela classe subalterna com a qual o assistente social lida cotidianamente. Nessa perspectiva essa classe torna-se subalterna na medida em que vive em condição de dominação e exclusão, não só política, mas também, social.

Yasbek analisa que,

a subalternidade é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade e se expressa em diferentes circunstâncias e condições da vida social, além da exploração do trabalho. (ex.: a condição do idoso, de mulher, de negro, etc) (1999, p. 95).

Mesmo vivendo sob condições adversas, essa mesma classe apresenta resistência à essa estrutura social, quando reivindica sua inserção nos serviços mantidos pela rede de proteção social, sendo essa uma das formas de suprir suas carências. Nesse sentido vem reforçar a necessidade de se pensar a questão social não apenas como um cenário onde o exercício profissional do assistente social se materializa, mas também nas suas expressões como dimensões constitutivas desse exercício. O objeto de intervenção do Serviço Social é historicamente determinado e sua análise surge da perspectiva histórica e política assumida pelo assistente social a partir dos determinantes do projeto ético-político profissional. A partir dessa análise, o exercício profissional, cujo caminho e direcionamento pode ser o de assumir o objeto

construído pela organização, onde o assistente social atua como um trabalhador assalariado, ou pode ser construído a partir das determinações decorrentes da correlação de forças entre conjuntura, contexto institucional, demandas do usuário, demandas organizacionais e o projeto ético-político construído pelos profissionais. É preciso reforçar que o exercício profissional não ocorre de maneira tão linear: Tem-se aí um embate entre aqueles profissionais que entendem que para o Serviço Social construir respostas profissionais é preciso fortalecer as atribuições determinadas pela organização e outros profissionais que entendem que os caminhos para a construção de respostas profissionais são indicados pelo projeto ético-político, pelos usuários e pela realidade social em que vivem. (TORRES, 2007).

O profissional na maioria das vezes é visto como o executor das atividades pré-estabelecidas pelo gestor responsável pelos programas e projetos das diversas esferas governamentais, o seu exercício profissional é limitado ao cumprimento de tarefas e a realização de ações para cumprir seu papel institucional. Nessa perspectiva o assistente social trabalha em programas e projetos para os quais há repasse de recursos materiais, principalmente aqueles vinculados a área da assistência social e a área da saúde, destinados a população que vive em condição de vulnerabilidade social, com dificuldade de acessar a rede de serviços sócio-assistenciais e manter de forma autônoma as suas necessidades básicas. Quando o usuário recorre ao assistente social, ele espera que o profissional seja capaz de dar resposta profissional dando conta de sua necessidade, mesmo aquelas de caráter imediato como a ausência de alimentação, a dificuldade de acessar os serviços mais complexos na área de saúde pública, a busca por informação e orientação sobre a vida familiar. O atendimento social é direcionado a realizar aquilo que o profissional entende que o usuário não tem condição de fazer autonomamente.

Assim, para propor ações profissionais, o assistente social precisa de um estudo detalhado acerca das condições de vida do usuário e, fundamentalmente, do modo como este constrói relações na realidade social onde vive. Entretanto, as condições em que o trabalho do assistente social se realiza colaboram para que a autonomia e o poder de decisão do profissional sejam restritos. Esse pequeno espaço favorece também a subordinação do profissional aos determinantes da organização e do gestor.

Ou seja, o exercício profissional desenvolvido sob a perspectiva do gestor esbarra na questão da autonomia que o profissional tem para desenvolver seu trabalho e nas condições em que este trabalho se desenrola (TORRES, 2007).

Uma referência fundamental para o exercício profissional do assistente social ocorre através de uma dupla dimensão que se relacionam. Sendo essas dimensões: a interventiva e a analítica, gerando entre si uma relação de autonomia e interdependência. A dimensão interventiva é aquela em que se explicita não somente a construção, mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social. Compreende a intervenção propriamente dita, o conhecimento das tendências teórico-metodológicas, a instrumentalidade, os instrumentos técnico-operativos e os do campo das habilidades, os componentes éticos e os componentes políticos, o conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e o reconhecimento da realidade social. Já a dimensão investigativa compreende a produção do conhecimento, a elaboração de pesquisas e os aspectos analíticos que dão suporte, qualificam e garantem a concretização da ação interventiva. Ambas se complementam, favorecendo uma maior visão do fazer profissional. Essas duas dimensões consolidam a coerência, a consistência entre a teoria e a argumentação, e além disso, são as formas concretas do agir profissional. O exercício profissional realizado sob essa dupla dimensão amplia a discussão sobre a intervenção profissional, afirmando a questão do compromisso e da competência, além de salientar a preocupação com o desenvolvimento teórico do Serviço Social. (TORRES, 2007).

Quanto aos projetos profissionais, é preciso compreendê-lo a partir de uma dupla dimensão: uma que transita pelo modo como o assistente social entende e circula por ele. A outra está relacionada a organização da categoria entorno do projeto profissional, tornado-o visível. (TORRES, 2007).

O projeto profissional é então compreendido por:

apresentar a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 2001, p. 95).

Analisando o projeto ético-político pela perspectiva do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, o projeto é hegemônico. O projeto ético-político é:

fruto do protagonismo dos agentes profissionais, vem sendo construído historicamente no embate entre distintos projetos sociais que se refratam no interior da categoria, redundando em diferentes perspectivas de leitura do significado social do Serviço Social, que incidem na condução e operacionalização do trabalho cotidiano. (IAMAMOTO, 2000.p. 23).

O projeto ético-político inscreve o Serviço Social como uma profissão necessariamente articulada a um projeto de sociedade, além de expressar uma direção ao exercício profissional que se quer visível na profissão.

Para melhor explicar esta direção basta mostrarmos os princípios presentes no Código de Ética,

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993, p.1).

Através desse caminho, o projeto ético-político se organizou como um espaço de conflitos e lutas pela hegemonia dentro da profissão. Esses conflitos fortalecem o espaço onde se concretizam as respostas e estratégias profissionais construídas pelos assistentes sociais. Pensar as competências profissionais e as atividades privativas requer que o assistente social analise as mudanças que vem ocorrendo na realidade social que incidem nas relações do trabalho exercido pelo assistente social, na gestão do trabalho desenvolvido, ou seja, é preciso que o projeto ético-político seja entendido como uma referência para o exercício profissional do assistente social. (TORRES, 2007).



O assistente social tem sido reconhecido historicamente como o profissional que operacionaliza as políticas sociais. A partir da renovação do Serviço Social, atua visando a ampliação da participação popular, fortalecendo a universalização do acesso e a prestação de serviços sócio-assistenciais.

Outro aspecto importante no que diz respeito ao projeto ético-político, e que esse deve ser compreendido tanto individualmente pelos assistentes sociais, como também deve buscar sua compreensão na coletividade. A partir daí é possível superar a identidade atribuída aos assistentes sociais, ainda associada a idéia de bondade, da benemerência, o que desqualifica o exercício profissional, entendendo que esta também está ligada ao modo como o profissional entende e concebe a profissão, possibilitando assim re-articular o exercício profissional cujo horizonte é a construção de um projeto societário cujas bases estão na defesa da democracia como valor universal. (TORRES, 2007).

Numa sociedade dividida em classes antagônicas, o exercício da democracia é comprometido, uma vez que o grau de liberdade da classe dominante é sempre proporcional ao grau de coerção e repressão que necessita para exercer a dominação. Todos seriam verdadeiramente iguais perante a lei se todos tivessem iguais condições de exercício dos seus direitos. É por isso que a defesa da democracia, luta travada pelo assistente social, tem como condição fundamental a garantia da construção e visibilidade do projeto societário da classe popular. (TORRES, 2007).

Nesta perspectiva o assistente social trava batalhas cotidianas para colocar em prática o seu exercício profissional. Recorrendo assim a um vasto conhecimento, que qualificam aquilo que o profissional de serviço social faz. Fica claro também que as exigências previamente estabelecidas pelos gestores dos projetos sociais, é uma realidade e nem sempre o assistente social tem autonomia para interferir na questão. O redimensionamento do mundo do trabalho incide sobre os espaços sócio-ocupacionais que contratam o assistente social. Além disso os profissionais devem construir estratégias e respostas referenciadas, onde as dificuldades continuam sendo as mesmas: desigualdade social, desqualificação e a naturalização do empobrecimento.

Ao se distanciar do projeto profissional, o assistente social fica preso a determinações institucionais, tendo o entendimento de que apenas elas bastam para a

construção do exercício profissional. O projeto profissional ajuda o profissional a não se sentir só, mesmo estando trabalhando sozinho em uma organização. Este quadro faz com que os profissionais repensem as competências, construindo habilidades e saberes que dão conta das relações sociais estabelecidas na contemporaneidade.

O profissional de serviço social tem como um dos princípios fundamentais contidos no Código de Ética, a construção da autonomia dos sujeitos. Buscando através da autonomia, a liberdade de cada indivíduo para que possam como no caso da Associação estudada, se autogerirem.

### **3.3 Visão dos profissionais que desenvolveram atividades junto a AREsp**

#### **3.3.1 Abordagem da pesquisa**

A partir desse item apresentaremos os dados levantados a partir da pesquisa de campo. Num primeiro momento, exporemos toda a proposta de pesquisa, para na seqüência, apresentar os dados levantados a partir das entrevistas realizadas com profissionais que desenvolveram atividades junto a AREsp.

Os procedimentos metodológicos compõem estruturalmente o método de abordagem, o tipo de pesquisa, as técnicas de levantamentos de dados, os instrumentos de coleta de dados e o processo pelo qual desenvolveu-se a entrevista. De acordo com Minayo, “é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela” (1994, p. 22).

Para construção deste trabalho, foi utilizada a abordagem qualitativa, que pretende muito mais abarcar a profundidade e a abrangência para a compreensão do grupo social em estudo, do que a generalização dos conceitos teóricos testados. Segundo Minayo, pesquisa qualitativa é aquela que vem a responder

[...] a questões muito mais particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aparções, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar

suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2007, p. 21).

A pesquisa aqui apresentada tem caráter exploratório pois visa aproximações ao tema assessoria e serviço social na AREsp.

Assim, realizamos pesquisa bibliográfica, pois buscamos resgatar estudos em materiais já publicados sobre os assuntos aqui abordados, como o associativismo, economia solidária, autonomia, assessoria e a importância do acompanhamento do profissional de serviço social junto a AREsp, bem como foi realizada consulta em documentos, trabalhos de conclusão de curso, revistas, artigos entre outros. Também foi realizada pesquisa empírica, de campo, tendo como principal instrumento para a coleta de dados, a realização de entrevistas semi-estruturadas, junto aos sujeitos delimitados para o estudo e, na sequência, se fez a análise e interpretação dos dados obtidos nas entrevistas. Foram duas assistentes sociais, uma psicóloga, um administrador e um engenheiro sanitário e ambiental.

A definição dos sujeitos entrevistados, se deu pela realização da prática profissional junto a AREsp, ou seja, aquelas que já haviam acompanhado a associação. Sendo que dos nove profissionais identificados, dois não foram localizados. Destes outros sete, três eram profissionais de outras áreas, e quatro profissionais de serviço social. Ao final as assistentes sociais entrevistadas foram duas.

### 3.3.2 Apresentação dos resultados da pesquisa

A análise das entrevistas foi realizada a partir das categorias levantadas na fundamentação do presente trabalho e nas respostas dos entrevistados. De acordo com Karkotli,

a análise é um processo de dar sentido aos dados, o que envolve a consolidação, redução e interpretação daquilo que as pessoas falaram é o processo de dar significado. A análise dos dados é um processo complexo realizado em movimento contínuo de ir e vir entre os dados e conceitos, raciocínio dedutivo, descrição e interpretação (2004, p. 130-131).

Os dados coletados nas entrevistas nos permitem identificar os aspectos acerca da importância da assessoria para gerar a autonomia dos sujeitos. A identificação da assessoria como forma de gerar autonomia se fará por meio dos aspectos destacados nos itens a seguir.

A partir desses aspectos comuns e da realidade a ser encontrada diante dos motivos para que haja tal assessoria aos associados da AREsp, e através da análise das entrevistas, será possível sugerir medidas que resultem na melhoria dessa prática profissional, além de oferecer subsídios às ações dos técnicos que atuam junto a esses espaços, bem como apontar possíveis atuações para o profissional de Serviço Social.

### 3.3.3 Visão das Assistentes Sociais

As duas assistentes sociais entrevistadas são mulheres, realidade em nossa categoria profissional, pois conforme pesquisa do CFESS, 97% dos assistentes sociais no Brasil são de sexo feminino (CFESS, 2005). Em relação ao local de trabalho, uma é funcionária pública municipal, e a outra é contratada através de um projeto. No que diz respeito a formação acadêmica, a formação em Serviço Social se deu pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Com relação ao tempo de trabalho junto a associação, a assistente social (01) entrevistada, acompanhou a AREsp durante 11 meses. A entrevistada (02) acompanhou a associação em seu estágio curricular obrigatório, e agora está desde março de 2009 acompanhando as atividades da associação como profissional em serviço social. No entanto, a AREsp foi o primeiro campo de trabalho profissional apenas para a assistente social (02), a entrevistada (01) já havia exercido a prática profissional em outras instituições.

### 3.3.4 Entendimento sobre assessoria e autonomia dos associados: visão das assistentes sociais

Quando perguntamos para as assistentes sociais sobre o que entendem por autonomia dos sujeitos, obtivemos unanimidade nas respostas das entrevistadas, que afirmaram que autonomia é a capacidade que as pessoas tem de serem independentes, de usarem a liberdade como instrumento norteador desta independência, de planejar suas atividades, seja na vida profissional ou pessoal, atingindo seus objetivos pelo próprio caminho. O ser que tem autonomia consegue governar-se, construir uma história com início, meio e fim. A autonomia pode ser individual ou ainda coletiva, nesta, quando existe uma luta ou um objetivo de um grupo, por uma mesma causa, havendo a necessidade da construção conjunta de um processo para chegar ao objetivo final, tal processo pautado na liberdade, independência e responsabilidade.

Com relação ao que entendiam por assessoria, ambas as entrevistadas obtiveram as mesmas questões, onde acreditam que assessorar é o ato de acompanhar, auxiliar, ajudar e executar algumas atividades, respaldando tecnicamente uma pessoa ou um grupo, com objetivo primordial de acrescentar ao produto final qualidade, destacando-se a eficiência e a eficácia, como condutoras e colaboradoras desta ação, seja em qualquer área ou tipo de trabalho.

Ao perguntarmos se através da assessoria é possível construir autonomia dos associados, obtivemos as seguintes destacadas a seguir. A Assistente Social (1) nos afirmou que:

"Penso que não só é possível como imprescindível que o grupo da ARESP tenha uma assessoria multidisciplinar sistemática. Considerando as dificuldades pessoais e profissionais do grupo, é necessário que este tenha apoio de diversos Órgãos e Setores da iniciativa privada, pública e da sociedade civil. A assessoria atual vai possibilitar que futuramente os associados tenham condições de administrar a Associação, de resolver todos os problemas pertinentes a este tipo de grupo, dando-lhes segurança e conhecimento para contornar os obstáculos, aprimorando conseqüentemente a qualidade dos seus trabalhos." (Assistente Social (1))

Já a Assistente Social (2) nos relata que:

"Acredito que é possível, pois ela busca despertar e envolver o sujeito, o grupo, não só para sua autonomia, mas também para autogestão, luta por direitos e transformação social." (Assistente Social (2)).

Por último, perguntamos às assistentes sociais sobre o que falta para alcançar a autonomia dos associados. Nas suas respostas, as duas entrevistadas afirmaram que:

“Maior investimento por parte do Setor público, no que diz respeito a questão financeira bem como na disponibilidade de técnicos para acompanharem o grupo. O grupo e seus trabalhos já avançaram, mas precisam de muito mais, trata-se de um conjunto de pessoas em que as relações interpessoais são complicadas, necessitando do trabalho contínuo e sistemático de profissionais do serviço social e da psicologia. A autoestima é baixa e os associados não acreditam em sua própria capacidade, por isto a autonomia para estas pessoas é tão difícil de ser alcançada. Assim, a autonomia dos associados depende da qualidade da assessoria em que está sendo oferecida concomitantemente ao investimento que os Órgãos responsáveis estão realizando.” (Assistente Social (1)).

“Acredito que com a existência de políticas públicas que regulamentem a questão da coleta seletiva, do catador e do trabalho por ele realizado, haveria uma maior participação da sociedade nessa questão da reciclagem. Isto traria, além do reconhecimento e melhoria das condições do trabalho e renda dos associados, uma melhora nas condições de vida dos mesmos, o que caminha para sua autonomia.”(Assistente Social (2)).

Através das respostas acima, é possível identificar que as assistentes sociais tem clareza que a assessoria gera a autonomia dos sujeitos. Mas para que isso ocorra é fundamental o acompanhamento técnico profissional. O que impede muitas vezes essa assessoria é a falta de profissionais para acompanhar de forma mais sistemática os trabalhos realizados pelos assistentes sociais que lá desenvolvem suas atividades.

Outra ponte de suma importância, e a presença e o interesse dos gestores, e de diversos órgãos públicos na melhoria da qualidade de vida desses sujeitos. Tendo para isso o aumento do número da coleta de materiais recicláveis na capital, essa nas três esferas: municipal, estadual e federal. E, para finalizar, acreditam que deva ter mais políticas públicas que dêem suporte a esses trabalhadores, assim como a efetivação de políticas públicas já existentes.

Desta forma, a perspectiva da prática de assessoria visualiza uma atuação político-pedagógico, que para Raichelis e Rosa colocava o assistente social num papel de.

[...] assessorar a população na relação que ela deve estabelecer com as instituições facilitando o seu acesso ao cumprimento das exigências que representam uma dificuldade real (por exemplo, redigir um documento, idas coletivas à Prefeitura, obtenção de informações, mapeamento na área etc.),

significa facilitar sua inclusão nos serviços institucionais q que tem direito e forçar as instituições a redimensionarem suas prioridades (1982, p 63).

### 3.3.5 Visão de outros profissionais que desenvolveram atividade junto a AREsp

Os profissionais entrevistados são, dois homens e uma mulher. Primeiramente, interessou-nos saber sobre a formação acadêmica de cada entrevistado, quanto tempo desenvolve atividades junto a AREsp. O entrevistado (3) é engenheiro sanitarista e ambiental, e iniciou as atividades juntos a AREsp em 2006, finalizando em 2007, e retornando em março de 2009 através do Projeto Catar Bem. A entrevistada (4) tem formação em psicologia, e atua junto a AREsp desde o ano de 2001. E o entrevistado (5), possui formação em administração, acompanhando a associação desde 2005. No que se refere a formação acadêmica, o entrevistado (3) formou-se na Universidade Federal de Santa Catarina, já a entrevistada (4) na Universidade do Rio Grande do Sul, e para finalizar o entrevistado (5) teve sua formação pelo Universidade do Sul de Santa Catarina.

### 3.3.6 Entendimento sobre assessoria e autonomia dos associados: visão de outros profissionais que desenvolveram atividade junto a AREsp

Com relação ao entendimento sobre autonomia, o entrevistado (3) afirma que autonomia é a capacidade dos sujeitos em fazer suas escolhas. Já a entrevista (4), acredita que autonomia é muito relativo, pois cada sujeito encontra no seu dia a dia possibilidades que lhe ofereçam autonomia e setores particulares da vida. E o entrevistado (5) define autonomia como sendo a capacidade de livre expressão.

Ao passarmos para segunda pergunta que se refere ao entendimento a respeito do que entendem por assessoria, obtivemos unanimidade nas respostas. Entrevistado (3), (4) e (5) entendem que assessor é dar suporte técnico, apoio à pessoas ou organizações em determinadas áreas.

Ao indagarmos os entrevistas sobre se através da assessoria é possível construir autonomia dos associados. O entrevistado (3) e (4) obtiveram respostas semelhantes em suas respostas, onde acreditam que sim, dependendo do tipo de

relação que se estabeleça, entre o assessor e o grupo. O entrevistado (5) nos afirma o seguinte:

"Sim. Se a assessoria estiver voltada para as pedagogias que permitam a expressão. A conquista da autonomia é um processo de transformação educacional. É uma questão de VALORES." (Entrevistado (5)).

Para finalizarmos a pesquisa, perguntamos aos profissionais "O que falta para alcançar a autonomia dos associados?" Neste tema obtivemos as seguintes respostas:

"De certa forma são autônomos, visto que mesmo sem a assessoria o grupo se mantém vivo, apesar de precariamente. Isso no sentido de gerência do negócio. Para melhorar essa gerência é essencial a formação, capacitação, educação desses trabalhadores.

Porém, caso a autonomia aqui tenha sentido de independência do apoio do poder público para desenvolvimento das atividades que a AREsp desenvolve, penso que nunca deva ser autônoma, pois a mesma presta um serviço público, e portanto precisa ser reconhecida e apoiada pelo poder público. Mesmo as organizações com excelente capacidade de gestão precisam ser reconhecidas como prestadoras de serviço público, e conseqüentemente apoiadas." (Entrevistado (3)).

"Não possuem uma visão mais ampla da realidade, e por isso não possuindo espaço na economia em que vivemos. É preciso fazer com que eles se incluam nesse espaço, e para isso necessitam ter a noção de coletividade." (Entrevistada (4)).

"Se estivermos falando da autonomia econômica e trabalhista, creio que demorará um pouco mais, pois as técnicas de gestão têm que ser aculturadas, senão....Para refletir: NÓS SOMOS? TEMOS AUTONOMIA EM QUE E EM QUE GRAU?? EXISTE AUTONOMIA??" (Entrevistado (5)).

Constata-se, através das colocações dos entrevistados, que os associados necessitam do apoio do poder público, tendo em vista que são trabalhadores com baixa escolaridade, não possuindo nenhuma forma de se auto-gerir por si próprios, por estarem excluídos do mercado. E para que isso ocorra é fundamental a participação e acompanhamento de diversos profissionais, dando-lhes suporte técnico para a então autonomia dos sujeitos, mas a busca pela autonomia é lenta e gradativa, e requer um acompanhamento constante. Para os entrevistados autonomia e ter capacidade de livre expressão, o que ainda está em processo para os associados da AREsp.



### **3.4 Revisitando a experiência do Profissional de Serviço Social como assessor na AREsp**

A atuação do assistente social no campo da assessoria em associação como a AREsp é de suma importância para o desenvolvimento do grupo, pois este profissional atua como interlocutor entre a população e o poder público, trabalhando a realidade cotidiana a partir das necessidades básicas e sociais apresentadas pelos associados.

A partir dessa participação, a assistente social, juntamente com a estagiária em Serviço Social, desenvolveu ao longo desse estágio, um acompanhamento à AREsp, tendo como objetivo o fortalecimento do trabalho coletivo, pois só assim o grupo crescerá e atingirá sua metas, bem como o resgate de valores da participação e da mobilização dos associados para que estes alcancem seus projetos.

Ao longo do processo de estágio, haviam diálogos entre a profissional de Serviço Social e a estagiária acerca dos aspectos que envolviam a AREsp, para pensarem e planejarem ações a serem desenvolvidas na associação. No primeiro momento a estagiária atuou como observadora participante. Para melhor entendermos isto, citamos Welfort, onde destaca que “a ação de olhar é um ato de estudar a si próprio, a realidade, o grupo à luz da teoria que nos inspira” (1996, p.11). Este primeiro contato é de suma importância para que a estagiária se situasse no campo de estágio, reconhecendo o trabalho realizado na Associação, e a aproximação junto aos associados.

Ao longo do estágio, foram realizadas reuniões, para discutirmos o processo de trabalho, as relações internas, a convivência do grupo, problemas relacionados a faltas no trabalho, baixa produção, conflitos. Estas reuniões se caracterizam como um espaço de discussão, para que todos possam se manifestar. As reuniões são realizadas no galpão da AREsp, sendo algumas delas somente para a diretoria, que transmitia os assuntos para o grande grupo e dinâmicas realizadas com todo os associados presentes.

A participação da estagiária aconteceu também nas ações de discussão e planejamento de ações a serem executadas, discutindo tanto ações internas quanto externas à associação, sendo essas realizadas a curto, médio e longo prazo. Dentre essas ações estão a criação de redes de parceria, contactar grandes geradores de

materiais recicláveis, discutir a produtividade, o processo de trabalho, a harmonia do grupo, entre outros.

A estagiária esteve presente no processo de transferência da AREsp, ocorrido no mês de agosto de 2008, onde foram transferidos para a comunidade Chico Mendes, local onde foi construído o galpão de geração de trabalho e renda. As atividades do profissional visam contribuir na forma de organização da Associação, promover mobilização e participação social na comunidade Chico Mendes e desenvolver trabalho interdisciplinar com a presença dos associados e fortalecer o grupo para que adquira autonomia para gerir a AREsp.

Durante o período de estágio, muitas dificuldades institucionais apresentaram limites para a realização de um trabalho profissional pautado no Projeto Ético Político da profissão. As condições físicas de trabalho e o transporte não foram suficientes, a redução do número de profissionais não atende a demanda. Diante disso esse profissional também se insere no sistema de precarização do trabalho.

Outro fator que de certa forma limitou o trabalho desenvolvido na associação, identificado desde sua fundação e vivenciado também nesse processo de estágio, foi a constante mudança no quadro de associados. Todos os meses saíam e entravam novas pessoas, alguns saíam e retornavam tempos depois, problema esse que se repete a cada ano, dificultando um trabalho contínuo junto aos associados, pois sempre que iniciamos uma rotina de atividades, no mês seguinte precisamos reiniciar alguns pontos, pois um novo associado é admitido junto a AREsp.

Diante dessa situação vivenciada na AREsp, e a qual despertou o interesse da estagiária em melhor compreender a importância do acompanhamento do profissional de Serviço Social, para com isso buscar a autonomia dos sujeitos, e diminuir o fluxo constante de desligamentos, pois estes dificultavam a consolidação de um corpo efetivo de trabalhadores na Associação, gerando muitos problemas, dentre eles, a queda da produtividade e a descontinuidade nas ações profissionais desenvolvidas pelo Serviço Social.

Atualmente, as ações realizadas pela assistente social, bem como pela estagiária, estão voltadas para a captação de grandes geradores, aumentando assim a quantidade de material reciclável disponível para a AREsp. O município de Florianópolis

não dispõe de políticas ou propostas sobre as atividades com resíduos sólidos, o que iria abranger os associados. No entanto, as ações do governo local voltadas a esses sujeitos ainda são pontuais e de caráter paliativo, e mediante a isso formamos uma comissão que tem o objetivo de discutir, e buscar medidas que possibilitam novas parcerias para o então aumento da produtividade dos catadores. Essas ações estão sendo devolvidas por técnicos das seguintes instituições: COMCAP, SMHSA, SMAS, Técnicos do Projeto 'Cata Bem" (Financiado pela Fundação Banco do Brasil) e representantes da AREsp e ACMR, sendo essas duas associações legalmente formais em Florianópolis.

Durante essas atividades discutimos pautas como a) o Decreto Federal 5.940, que disponibiliza todo o material reciclado dos órgãos públicos federais para associações que estão dentro dos critérios estabelecidas na Lei, sendo esses, associação sem fins lucrativos; b) realização de partilhas em forma de rateio, e c) estatuto social, e através disso a real efetivação do Decreto.

Discutimos junto aos associados como os mesmos têm tratado a formulação dos convênios com as instituições federais, e como as duas associações fazem o controle sobre quantas e quais instituições destinam seu material as respectivas associações, a possibilidade de elaboração de panfletos para uma campanha de adesão a efetivação do Decreto, e uma possível divulgação na mídia local sobre o mesmo. Isso possibilita uma compreensão e autonomia dos associados, pois momentos como esses os fazem perceber a importância de seu trabalho junto a cidade.

Para os associados envolvidos na prática de assessoria na AREsp, mais importante do que contar com a assessoria é o fato de confiar no suporte que esse profissional de serviço social lhes trará para o crescimento da Associação . Podemos afirmar, que cabe ao assistente social clarear os pressupostos políticos, na busca pela democratização, e na concepção de que assessoria pressupõe autonomia dos sujeitos que estão sendo assessorados.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, ao seu término, não tem a intenção de apresentar conclusões definitivas, pois o tema deste estudo está em construção e seu desenvolver é afetado por constantes transformações. O objetivo deste trabalho consistia em analisar a importância do profissional de serviço social para a autogestão dos Associação de Recicladores Esperança (ARESp), evidenciando assim possibilidades de atuação para o Serviço Social.

O presente trabalho procurou fazer algumas aproximações, de forma exploratória, sobre o tema de assessoria no Serviço Social junto a ARESp, buscando identificar como o mesmo se insere, ocorre, e é entendido pelos profissionais no conjunto de suas competências e atribuições.

Ao elaborar este trabalho, relacionando teorias que dão suportes ao entendimento de conceitos fundamentais para que possamos melhor compreender a autonomia dos sujeitos e assessoria profissional, conseguimos analisar uma trajetória importante para a definição das mesmas, buscando um resgate de conceitos fundamentais, como, economia solidária, associativismo, autonomia e subjetividade, buscando sempre uma aproximação com o Serviço Social.

Evidenciou-se, então, diante dos dados apresentados que é de suma importância o acompanhamento de profissionais de Serviço Social na busca do processo de autonomia desses sujeitos. Podemos perceber que muitas vezes o perfil desta população não atende ao mercado formal de trabalho, diante disso percebe-se a necessidade de um trabalho mais constante e gradativo junto aos associados, para darmos suporte técnico na busca da autogestão da ARESp e dos sujeitos envolvidos.

Assim, entendemos que a realidade vivenciada hoje na economia capitalista é de difícil reversão a curto prazo e apresentando agravantes cada vez mais complexos. Identificamos que a ARESp uma opção de geração de trabalho e renda para o sustento dos associados e de suas famílias de forma digna. Para que esta economia solidária consiga se desenvolver é necessário um conjunto de crenças e valores éticos que induzam a cada ser individual a se conectar com o coletivo. É imprescindível que esta

economia faça parte de uma ideologia de vida para que possa ser colocada em prática por aqueles que fazem desta não somente uma forma de geração de trabalho e renda, mas uma opção de vida.

Nesse sentido a economia solidária e o associativismo representam, em termos organizacionais, um avanço em direção à uma democracia participativa. Em termos de organização econômica representa uma alternativa de desemprego, já que vem se caracterizando como uma nova forma de organização do trabalho que busca sua expressão na coletividade.

Entretanto, podemos observar, que o profissional de serviço social não pode ficar aquém das questões vivenciadas por estes sujeitos. O assistente social, por sua vez tem como um dos seus objetivos junto a associação, buscar a qualificação das pessoas para a compreensão do significado social do trabalho, refletindo sobre as políticas públicas. Também cabe ao profissional provocar a reflexão e discussão juntamente com o grupo, sobre as normas e critérios estabelecidos para um bom funcionamento da associação. Com isso poderá alcançar um reconhecimento da sociedade.

A contribuição do profissional de Serviço Social é de suma importância para a prática democrática da gestão, para a recuperação da auto-estima e da cidadania dessas pessoas. Buscar a interação junto aos associados faz parte do cotidiano do profissional, orientando-os e contribuindo na percepção de suas necessidades e possibilidades de mudanças, pois é através da coletividade que o grupo tem a possibilidade de crescer e atingir seus objetivos.

Contudo, a assessoria é um tema de extrema importância para o Serviço Social, pois busca uma melhoria no andamento no fluxo da associação, e conseqüentemente na vida dos associados. Assim, analisar essa prática profissional, nos aponta resultados positivos para a realização de mudanças na realidade dos sujeitos envolvidos.

E para finalizar cabe ressaltar que a AREsp, enquanto campo de estágio muito contribuiu para meu crescimento profissional Podemos perceber diversas expressões da questão social, requerendo um profissional comprometido com a defesa de direitos, humanos, sociais e de cidadania. Além disso buscando uma prática democrática nas políticas e programas sociais, é possível fortalecer a participação dos sujeitos envolvidos, com posicionamento ético diante das situações que lhes são apresentadas

no cotidiano de trabalho, evitando sempre a imposição de valores e escolhas. Pela interpretação crítica do campo de trabalho, identifica-se a política social no âmbito da intervenção, contextualizando as demandas imediatas, fazendo análises de conjuntura e estabelecendo estratégias de ação viáveis.

E, por fim, revisitar a prática como estagiária em serviço social, tendo como um dos instrumentais técnico-operativo a assessoria aos sujeitos da AREsp, buscando impulsionar as ações que visam a autonomia dos associados.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 1999.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável**. Fundação Perseu Abramo. 2006.
- Associação de Recicladores Esperança. **Estatutos Sociais**. Florianópolis. Setembro de 1999.
- Associação de Recicladores Esperança. **Plano de Gestão**. Rodovia SC 404, S/N - Itacorubi, Florianópolis, SC. 2007.
- ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 74, p. 6-17, set./nov. 1997. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html>>. Acesso em: 20 maio 2009
- BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Mauricio Castro de. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Paris: Arthème Fayrd, 1995.
- CASTELS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3º Vol. RJ. Ed Paz e Terra. 1999.
- CHAULÍ, Marilena. A liberdade. In: **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. cap. 6, p. 459-473.
- CÓDIGO DE ÉTICA. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**, CRESS 09ª Região – Gestão 2002/2005, São Paulo, 2004.
- DEGASPARI, Nínive. **Assessoria – Prática dos Assistentes Sociais junto ao Movimento sociocomunitário de Florianópolis – SC**. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORI, José Luiz. **Brasil no espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. **Significados e tendências da economia solidária**. Curso de Formadores para Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário. CUT, 1999.

GALVÃO, Marisa Nunes. **Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 115.

GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice Maria. Assessoria: processos de trabalho do serviço Social. **Revista Virtual Textos e Contextos**. n. 3, dez.2004.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.2, p. 20-31, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Os sem – terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Ianni, IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MINAYO, M. C. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Revisada e atualizada, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 5a. ed. São Paulo: Cortez, 2001.



Plano de Negócios para Desenvolvimento Econômico Solidários de Autogestão, 2003, p. 6. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br> (Acessado em 20 de maio de 2009).

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Relatório mensal HBB Chico Mendes, Florianópolis, 2000.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/> . (Acessado em 18 de junho de 2009).

PUTNAM, Robert David. **O colapso e relançamento da comunidade americana**. Análise e definição dos elementos de prova relativos ao declínio e eventual reconstrução da vida civil nos Estados Unidos. New York: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R. **Fazendo a democracia funcionar: tradição cívica moderna na Itália**. Princeton, Princeton: University Press, 1993.

RAICHELIS, Raquel e ROSA, Cleisa M. Maffei. Consideração a respeito da prática do serviço social em movimentos sociais - fragmentos de uma experiência. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 08. São Paulo: Cortez, 1985.

RICCI, Rudá. Governabilidade Social e Políticas Públicas: a superação do patrimonialismo e Estado Burocrático-Social no caso brasileiro. Seminário Internacional Capital Social, Ética e Desenvolvimento, Universidade Metropolitana, 2003.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas e trabalhadores da Grande São Paulo. 1970- 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARMENTO, Herder Boska de Moraes. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em Serviço Social. In. **Textos de Teorias e Prática de Serviço Social – Estágio Profissional em Serviço Social na UFPA**. Vol I.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 6-13, mar./maio 1997.

TIRIBA, Lia Vargas. **Organizações Econômicas populares: desvelando contradições e desafios de estratégias populares de geração de trabalho e renda**. (Relatório de Pesquisa).

\_\_\_\_. COOPARJ - Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro. In: **Proposta**. Rio de Janeiro, n. 74, p. 64-76, set./nov., 1997.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional de assistente social: uma contribuição para o debate. **Libertas: Revista de Programa de Pós Graduação em Serviço**, Juiz de Fora, v.1, n. 2, p. 42-69, jun. 2007. Disponível em: [http://www.revistalibertas.ufjf.br/artigos/volume1n2/03\\_mabel.pdf](http://www.revistalibertas.ufjf.br/artigos/volume1n2/03_mabel.pdf) Acesso em: 20 maio 2009.

VASCONSELOS, Ana Maria. Relação Teoria / Prática: o processo de assessoria / consultoria e o serviço social. In. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 56, 1998.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo : Cortez, 1999.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**Acadêmica:** Schirlei Albino Coelho

**Professora:** Dra. Vera Herweg Westphal

### Questões a serem respondidas sobre a ACMR

Identificação da entrevistada:

Nome:

Formação universitária? Onde? Quando terminou?

Acompanhou as atividades de ACMR? Desde quando? Por quanto tempo?

1- Em que ano iniciaram as atividades na ACMR?

2- Onde era localizado o galpão de triagem?

3- Como surgiu a proposta de iniciar uma associação? Através de quem?

4- Quantos associados tinham no início da associação?

5- Qual o objetivo dos sócios quando organizaram a associação?

6- Se possuíam auxílio de alguma instituição? Se possuíam, quais eram? Pública?  
Privada?

7- Atualmente o galpão de reciclagem encontra-se em qual bairro?

8- Possuem algumas parcerias atualmente? Quais?

9- Possuem regimento interno?

10- Fazem partilha? Como é feita?

11- Recebem doações de materiais reciclados? Se recebem, de quais instituições recebem?

12- Atualmente quantos associados compõem a associação?

13- De quais comunidades se originam os associados?

**14- Qual o rendimento mensal de cada associado?**

**15- Qual o horário de trabalho da associação?**

**16- Na ACMR existe alguma proposta e/ ou visão de formação permanente e continuada?**

**17- Qual sua visão sobre o processo de organização da ACMR?**

**18- Quais, na sua visão, são as dificuldades de organização e subsistência da ACMR?**

**19- O que, na sua visão, é preciso para consolidar a autonomia dos sujeitos associados da ACMR?**

**20- Há mais algum comentário que você gostaria de fazer? Ou alguma outra questão que gostaria de esclarecer e/ ou abordar?**

**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Acadêmica:** Schirlei Albino Coelho

**Professora:** Dra. Vera Herweg Westphal

**ESTUDO COM PROFISSIONAIS QUE TRABALHARAM NA AREsp**

Identificação da Entrevista:

Nome:

Formação universitária? Onde? Quando terminou?

Acompanhou as atividades de ACMR? Desde quando? Por quanto tempo?

- 1- O que entende por autonomia dos sujeitos?
- 2- O que entende por assessoria?
- 3- Se através da assessoria é possível construir autonomia dos associados?
- 4- O que falta para alcançar a autonomia dos associados?